



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>1</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>

## **ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2013**

--- Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, pelas dezoito horas, no Edifício do Complexo Escolar dos Arcos, sito no Bairro dos Arcos, Concelho de Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- **PONTO UM** – Período antes da Ordem do Dia;-----

--- **PONTO DOIS** – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2014-2017;-----

--- **PONTO TRÊS** – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de alteração ao Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, de acordo com artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2099, de 23 de outubro;-----

--- **PONTO QUATRO** – Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Mapa de Pessoal para 2014: -----

--- **PONTO CINCO** – Apreciação e eventual aprovação / autorização da proposta de celebração de Acordos de Execução no âmbito da delegação legal de competências com as Juntas de Freguesia, ao abrigo do previsto na alínea l) e m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e autorização da assunção de compromisso plurianual, nos termos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

--- **PONTO SEIS** – Apreciação e eventual aprovação / autorização propostas de celebração de Contratos Interadministrativos de delegação de competência, ao abrigo do previsto na alínea l) e m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e autorização da assunção de compromissos plurianual, nos termos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

--- **PONTO SETE** – Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado no art.º 6.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos.-----

--- **PONTO OITO** – Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado no art.º 6.º, n.º 1.º, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos, referente ao Protocolo a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Óbidos; -----

--- **PONTO NOVE** – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Transito na Vila de Óbidos;-----

--- **PONTO DEZ** – Instrumentos previsionais da Óbidos Criativa, E.M., para conhecimento: -----

--- **PONTO ONZE** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- **PONTO DOZE** – Período fora da ordem do dia – Intervenção do Público.-----

--- O Segundo Secretário, Ana Reis, fez a chamada. -----

--- **Presenças** - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, José Rodrigues Machado, Fernando Jorge Sousa e Silva, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, José Luís Rocha de Oliveira, Albino Agostinho de Sousa, Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre, Sílvia Maurício Correia, Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, Anabela Braga Adónis, Ana Catarina Brás de Carvalho, Ricardo Miguel Pereira



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		2
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Duque, Jorge Joaquim Madeira Veloso, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, Dina Fernanda Pereira Vieira, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, Custódio de Sousa Santos, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues, Evaristo Ferreira Ribeiro e Joaquim dos Santos Martins.-----

--- Substituições – A Deputada Anabela Blanc Capinha Corado e o Deputado João Paulo de Oliveira Cardoso, foram substituídos pelos Deputados Laura Sousa Rodrigues Castro Ferreira e João António Sousa Veludo, respetivamente. -----

--- Quórum – Vinte e sete presenças.-----

--- Faltas – Anabela Blanc Capinha Corado, João Paulo de Oliveira Cardoso e Joaquim dos Santos Martins. -----

--- Registou-se ainda a presença do Presidente da Câmara, Humberto da Silva Marques e dos Vereadores, Bernardo José Fernandes Rodrigues, Pedro José de Barros Félix, Telmo de Sousa Félix, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Ana Maria Ramos de Sousa e José Carlos Ribeiro Capinha.-----

---O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Postais de Boas Festas da Junta de Freguesia de Olho Marinho, Instituto Politécnico de Leiria e Yeatman; Ofício da Fenprof e Jornal “Voz das Misericórdias”. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta. -----

--- **APROVAÇÃO DE ATA:** - Foi presente para aprovação a ata número 5, referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, do dia 20 de outubro de 2013. -----

--- Aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

--- Aprovada em minuta por unanimidade.-----

--- **APROVAÇÃO DE ATA:** - Foi presente para aprovação a ata número 6, referente à reunião extraordinária desta Assembleia Municipal, do dia 26 de novembro de 2013. -----

--- Aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

--- Aprovada em minuta por unanimidade.-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **PONTO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** - O Presidente da Assembleia Municipal fez uma saudação muito especial a todos os presentes. Agradeceu a colaboração dos porta-vozes dos três grupos municipais.-----

--- O Deputado José Oliveira disse que souberam que a Lagoa de Óbidos fechou, devido àqueles problemas que há muitos anos já não aconteciam. Solicitou que os informassem sobre a situação. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal informou que pediram uma reunião, com caráter de urgência, ao Secretário de Estado com a tutela nesta matéria, sobre várias preocupações, não só da embocadura de comunicação da Lagoa com o mar, mas de outros temas. -----

Na sequência das reuniões que tiveram, em conjunto, com o Município de Caldas da Rainha, houve uma visita ao local, por parte do LNEC, que em conjunto com o IPIMAR ficaram em perceber qual era o melhor momento para fazer a reabertura da chamada aberta, sendo que, da parte do Ministério do Ambiente, à total abertura para fazer esta reabertura, no momento em que se conseguir conciliar dois factos.-----

O término das marés vivas com o espelho de água da Lagoa, com a maior altura de água possível, para evitar arrastamento de sedimentos do mar para dentro da Lagoa. -----

Nessa reunião foi tratado o tema da alteração da declaração de impacto ambiental, que previa a deposição temporária dos dragados apenas no território de Óbidos.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>3</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Foi aceite, pelo Secretário de Estado, que a deposição dos dragados se fizesse nos dois locais. Um próximo do braço da barrosa e o outro na margem esquerda, na confluência do rio arnóia e rio real. -----

O outro tema que também foi abordado nessa reunião, foi a possibilidade de iniciarem o processo de licenciamento para aquacultura em regime extensivo. -----

--- O Deputado José Machado em nome do Grupo Municipal do PS, solicitou esclarecimento da Câmara sobre o comunicado publicado no Jornal das Caldas de 11 de Dezembro, em que acusa de infundadas as críticas da oposição que estão na edição anterior deste semanário. -----

Disse o Deputado José Machado que convidamos a Câmara aqui, olhos nos olhos, a dizer se são falsas ou verdadeiras as críticas que fizemos e que estão publicadas no Jornal das Caldas de 4 de Dezembro. -----

Essas críticas foram essencialmente 4:-----

1ª - A taxa do IMI em Óbidos continua a ser 25% mais cara do que em Caldas e Lisboa.----

2ª - O líder distrital do PSD, Dr. Fernando Costa, tem afirmado repetidamente, inclusivamente em programas de televisão, que para os proprietários de casas não pagarem mais dinheiro de IMI é necessário adotar-se a taxa mínima deste imposto.-----

3ª - Os eleitos na lista do PSD de Óbidos têm legitimidade formal para imporem aqui valores de IMI a pagar mais altos do que noutros concelhos, mas a sua legitimidade política e moral é duvidosa, já que o PSD, quer para a Câmara quer para a Assembleia Municipal, nas eleições de Setembro passado, teve menos votos que os outros concorrentes. O somatório dos votos do PS com a CDU ou com o CDS foi superior aos votos obtidos pelo PSD. Nas últimas eleições autárquicas o PSD teve uma maioria relativa de votos expressos. Na Câmara o número de mandatos foi 4 para o PSD e 3 para o PS e na Assembleia Municipal o PSD teve 10 mandatos, o PS 9 mandatos, a CDU 2 mandatos e por poucos votos o CDS não elegeu um deputado municipal. -----

4ª – No dia 26 de Novembro, a oposição teve mais votos que o PSD na eleição dos representantes de Óbidos para a Assembleia Intermunicipal do Oeste, tendo o resultado sido 11 votos para a lista do PS e CDU e 10 votos para a lista do PSD. Foi preciso passarem 12 anos, em Óbidos, para uma proposta encabeçada pelo PS voltar a ganhar, quebrando-se assim a prática, sempre observada durante os 3 mandatos autárquicos liderados por Telmo Faria, do PSD ganhar todas as propostas que apresentava na Assembleia Municipal.-----

Estas 4 notícias são totalmente verdadeiras, mas compreensivelmente incómodas para o PSD de Óbidos.-----

O comunicado da Câmara errou ao chamar críticas infundadas a factos que são a realidade. Querirá com esta reação a Câmara de Óbidos condicionar jornalistas para evitar a publicação de notícias que lhe sejam desagradáveis?-----

A Câmara não proporcionou o direito ao contraditório e nem sequer deu conhecimento deste comunicado aos 3 vereadores da oposição, parecendo manter a postura absolutista anterior, não obstante o novo discurso que tem sido feito no atual mandato. -----

Este comunicado da Câmara mais parece ser a continuação dos serviços feitos no sótão onde foi preparada propaganda laranja, mas certamente que será melhor, para não atrasar os trabalhos de hoje desta assembleia, evitar detalhes sobre a última campanha eleitoral. ---

Desejamos que o espírito da quadra natalícia que vamos viver, ajude todos a concentrar no que é mais importante para o bem do Município de Óbidos. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>4</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

--- O Deputado Custódio Santos disse que já não é a primeira vez que levanta questões que são credíveis, e às quais a Câmara não se interessa. É lamentável a situação da paragem dos autocarros, com a passadeira apagada e com veículos estacionados, a todo o momento, no local onde o trânsito é condicionado.-----

Pediu à Câmara que olhasse para aquela situação. Ou muda a paragem dos autocarros, (altera aquela situação), ou acaba com o estacionamento, quer de um lado, quer do outro. Priva o estacionamento. Quando um autocarro está parado, o outro já não se pode cruzar. O sinal da passadeira está um bocado escondido. Espera bem que isto se altere e se resolva.-----

Muito embora esteja orçamentado o arranjo da estrada da capeleira, na curva do Anselmo, espera bem que o mesmo se concretize o mais breve possível. Se começar a invernar mais, a estrada vai partir quase na totalidade e fica intransitável.-----

Na ponte, por cima da A 8, deveria ser colocada uma barra de proteção a fechar a entrada da estrada antiga direta à via rápida. Os custos também não são muito significativos. Pode haver ali um acidente grande. No mandato anterior, quase sempre falava nesta situação e ninguém quis saber.-----

Leu a moção, que a seguir se transcreve: “Moção – Pela Melhoria do Serviço Nacional de Saúde no Concelho de Óbidos.-----

O direito à saúde está inscrito no n.º 1 do artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), de se pode ler «Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover», direito que é realizado, de acordo com CRP, «através de um serviço nacional de saúde universal, geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito», cabendo prioritariamente ao Estado, «Garantir o acesso a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação», entre outras responsabilidades.-----

O atual governo do PSD/CDS, atendendo aos interesses da troika estrangeira e do capital nacional, tudo tem feito para, de forma contínua e sistemática, destruir os recursos afetos à prestação de cuidados de saúde e pôr em causa a saúde dos trabalhadores e do povo. A confirmar esta situação é o facto de no Orçamento de Estado para 2014 as transferências diretas para o Serviço Nacional de Saúde (SNS) irem sofrer um corte de 350 milhões de euros, a acrescentar aos 450 milhões para o Ministério da Saúde.-----

O argumento sistematicamente avançado para justificar as suas opções é o de que Portugal não cria a riqueza necessária para manter um Serviço Nacional de Saúde enquanto serviço público para todos. Mas isto não é verdade. -----

Organizações internacionais insuspeitas, como a OCDE, têm publicado com regularidade dados estatísticos que confirmam ser Portugal um dos países da Organização que menos investe em saúde de acordo com o PIB/per capita e que os portugueses estão entre os que mais pagam diretamente dos seus bolsos (30% da despesa total em saúde), para além do que já pagam nos seus impostos. -----

A crise económica e social em que mergulharam o país tem sido o argumento utilizado para justificar os cortes cegos decididos nos Orçamentos de Estado de 2011, 2012, 2013 e agora o de 2014 no valor de mais de 2000 milhões de euros. Milhões transferidos para os grupos financeiros privados que operam no setor da saúde ao mesmo tempo que são adotados pelo Governo medidas contra os utentes e os profissionais da saúde, tais como: ---

- O aumento brutal e criação de novas taxas moderadoras;-----

- O aumento do tempo de espera nas urgências, consultas, cirurgias e terapêutica;-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		5
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

- O corte nos apoios ao transporte de doentes;-----
- A manutenção de uma situação inaceitável nos cuidados primários com mais de um milhão de portugueses sem médico de família;-----
- A extinção de diversas valências e o encerramento de serviços de proximidade; -----
- Uma reestruturação hospitalar feita à medida dos cortes orçamentais extinguindo valências e encerrando serviços. -----

Medidas restritivas que também são dirigidas aos profissionais de saúde que têm sido confrontados com: -----

- Redução de efetivos em muitos serviços;-----
- Alterações nos vínculos e aumento da precaridade;-----
- Desvalorização salarial com os cortes nos salários e subsídios de férias e natal, numa clara desvalorização social e profissional daqueles que com a sua competência e dedicação têm garantido, apesar de todas as malfeitorias a que o SNS tem sido sujeito, um serviço público de saúde em Portugal que até há bem pouco tempo ainda era considerado um dos melhores do mundo. -----

As consequências desta desastrosa política no concelho de Óbidos não se fizeram esperar. O concelho tem cerca de 15.000 utentes, tem sete centros de saúde e em todos eles têm vindo a perder paulatinamente os seus médicos, enfermeiros e pessoal administrativo. -----

O centro de saúde da Vila de Óbidos tem uma manifesta falta de médicos, situação comprovada pela dificuldade em os utentes conseguirem obter uma consulta. Faltam, igualmente, enfermeiros e pessoal administrativo e auxiliar.-----

Em A-dos-Negros foram construídas e inauguradas com pompa e circunstância, em período eleitoral, instalações para um novo centro de saúde. Porém, as novas instalações continuam vazias e sem qualquer utilidade por falta de médicos e restante pessoal. -----

Olho Marinho e Amoreira partilham o mesmo médico, enquanto as respetivas instalações de Saúde estão subaproveitadas. -----

Nas Gaeiras, parte da população não abrangida pela Unidade de Saúde Familiar de N.ª S.ª do Pópulo, sujeita-se à pernoita à porta do Centro de Saúde em Óbidos, para ter direito a uma consulta. -----

A esta situação deve-se associar-se a degradação da qualidade dos serviços prestados pelo Hospital das Caldas da Rainha, alvo de um evidente processo de desvalorização, quer no plano das urgências, quer das especialidades, fazendo transferir para Torres Vedras e mesmo para Lisboa, serviços até há bem pouco tempo sediados no Centro Hospitalar do Oeste Norte, entretanto desmantelado.-----

Estamos perante um processo em que está claramente em causa a qualidade de vida da população de Óbidos, em particular, os estratos mais sensíveis da mesma, como são a infância e a terceira idade-----

A Assembleia Municipal de Óbidos não pode ficar insensível a esta situação.-----

Assim os eleitos na Assembleia Municipal de Óbidos, reunidos no dia 23 de Dezembro de 2013, cumprindo o compromisso que têm de defender os interesses da população do concelho, declaram inaceitável a situação a que o SNS no concelho de Óbidos chegou, e exigem: -----

- Que o governo dote os centros de saúde no concelho de Óbidos de mais médicos e outros profissionais de Saúde e dos meios financeiros que garantam com eficiência e qualidade, as funções que lhe são atribuídas pela Constituição da República Portuguesa, como instrumento para a realização do direito à saúde.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>6</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Os presentes nesta Assembleia Municipal, decidem ainda, entregar à ARS de Lisboa e Vale do Tejo, aos órgãos se soberania – Presidência da República, Assembleia da República, Governo e Órgão de comunicação social – a resolução aqui aprovada e manifestar desde já toda a disponibilidade para, a partir deste órgão municipal criar um grupo de trabalho formado por um elemento de cada força política e junto do Ministério da Saúde fazer um levantamento das necessidades que existem no concelho e encontrar as medidas para resolver as carências existentes. Óbidos 23 de dezembro de 2013 – Sílvia Maurício Correia e Custódio de Sousa Santos.”.-----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que a moção da CDU é uma prática democraticamente legítima, mas crê que vai continuar a acontecer, porque já assistiram ao mesmo problema na Assembleia Intermunicipal.-----

Apelou para que quando o assunto for do interesse de Óbidos, as moções passem por todas as bancadas, porque têm interesse em estar aqui a discutir aquilo que são os verdadeiros problemas do Concelho de Óbidos.-----

Obviamente, não sentem que seja correto, utilizar estas moções para vender perspetivas legítimas, que sejam de política nacional, que sejam de política regional, que sejam do que for.-----

Em relação ao grupo de trabalho, estarão ao dispor. Em relação à metodologia, que crê que é a mais interessante do ponto dos objetivos do Concelho, era sempre que houvesse uma moção de qualquer um dos partidos, que pudesse circular previamente e que pudessem chegar a este ponto com alguma coisa substantiva, para apresentar e para levar à votação. -- O tema é importante para o país, para Óbidos. Misturar as realidades não lhe parece que seja, do ponto de vista eficiente, em relação àquilo que são os objetivos. Estarão ao dispor para trabalhar em soluções concretas, muito práticas, ligadas à realidade e para aceitar esse desafio do grupo de trabalho.-----

--- O Deputado José Machado disse que o Grupo Municipal do PS está disponível para integrar a sugerida, ou proposta comissão, porque o assunto da saúde é muito importante. No Concelho de Óbidos há um conjunto de problemas que todos devem contribuir para melhorar.-----

--- Foi posta à votação a Moção da CDU, tendo sido rejeitada por maioria, com catorze votos contra, onze votos a favor e uma abstenção.-----

---Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Foi presente a declaração de voto do PSD, que a seguir se transcreve: “Declaração de Voto - Declara o grupo municipal do PSD nesta assembleia que o voto contra à moção apresentada pelo PCP – Partido Comunista Português se deveu à contínua utilização de uma estratégia política deste partido, legítima democraticamente, mas sem preocupações de gerar consensos com outras forças políticas locais, que também elas pugnam pelos interesses e direitos das suas populações.-----

Nesse sentido, e manifestando a solidariedade com a necessidade de estudar muito bem o reflexo do encerramento de estruturas descentralizadas em concelhos vizinhos, não podemos concordar com o teor de uma moção que, basicamente, ataca e questiona toda a política nacional e coloca em causa acordos e compromissos externos que o país foi forçado a assinar para não ficar numa situação ainda mais fragilizada.”.-----

--- O Deputado Albino Sousa disse que prossegue finalmente a intervenção que me foi interrompida pelo presidente da Mesa da Assembleia Municipal no passado dia 26 de Novembro.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		7
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Começo por referir que se a mesa desta assembleia ainda fosse presidida pelo saudoso Sr. Frederico Pinto Bastos Lupi ou mesmo pelo Dr. Feliciano Barreiras Duarte, nunca teria sido impedido, na sessão anterior, de continuar a dizer o que se pretendia do fiscal único que iria ser votado.-----

Percebo que talvez fosse uma represália do Dr. Telmo Faria por não ter gostado de lhe ter alertado que tem 2 pesos e 2 medidas para conduzir os trabalhos desta assembleia, porque chamou a atenção dum deputado da oposição que estava a falar há alguns minutos, mas deixou o presidente da Câmara falar imenso tempo e sem qualquer observação. -----

O que o Dr. Telmo Faria não me deixou dizer na sessão anterior, digo agora: -----

O Grupo Municipal do PS deseja que o Fiscal da Óbidos Criativa, Dr. João Martins Viana, fiscalize melhor a empresa municipal para a contabilidade deixar de ser demasiado criativa. Damos exemplos:-----

- Constan no balanço da empresa municipal Óbidos Criativa como valores a receber a curto prazo, dinheiros para o Festival da Ópera, que entretanto deixou de se realizar. Importa esclarecer que garantias há que a União Europeia, através dos serviços do Turismo, vai ou não dar os apoios pedidos para o Festival da Ópera.-----

- Quanto à estadia, o ano passado, no concelho de Óbidos, da Seleção Nacional de Futebol, há declarações públicas de responsáveis autárquicos referindo que a União Europeia comparticipará aquela ação com 150.000 €. Deve ser esclarecido que garantias existem para a União Europeia, através dos serviços do Turismo, dar esse apoio pedido para a estadia da Seleção Nacional de Futebol. Este assunto até já foi objeto de notícia, designadamente no jornal diário Correio da Manhã.-----

- Tem sido referido várias vezes por responsáveis da Empresa Municipal e da Câmara Municipal, que há grandes eventos de Óbidos com 200.000 visitantes. Como o preço de cada bilhete de entrada tem oscilado entre os 5 e os 7 euros e admitindo que, em cada grande evento, há cerca de 10.000 visitantes que não pagam entradas (municípes e os diversos convidados), teríamos 190.000 bilhetes vendidos x 5 euros (houve grandes eventos onde até os bilhetes foram mais caros) = 950.000 euros. -----

Como há 3 grandes eventos por ano x 950.000 euros = 2.850.000 €. -----

Como nas contas apresentadas anteriormente pela Empresa Municipal consta um valor muito inferior a 2.850.000 € de receitas, há que apurar, se, eventualmente, há perda dinheiro entre as bilheteiras e o cofre da Empresa Municipal ou onde está este erro. -----

Há que salientar que a confirmar-se a entrada nos cofres da Empresa Municipal da receita de 190.000 bilhetes vendidos em cada um dos 3 principais eventos, deixariam de ser necessários os subsídios da Câmara à Empresa Municipal Óbidos Criativa. -----

Pretendemos que o Fiscal Único votado na anterior sessão da Assembleia Municipal esclareça o que realmente se passa. -----

--- O Deputado Francisco Teixeira disse que antes de mais gostaria de vos desejar um Santo Natal e que 2014 nos ajude fortemente a apagar da memória este 2013 de tão nefasta experiência. -----

Gostava igualmente de reforçar a minha opinião sobre a data e hora da reunião desta Assembleia que me parece particularmente desajustada. Ter 12 pontos de discussão e começar a discutir na véspera da consoada às 6 da tarde é, indubitavelmente um convite a que não se discutam os assuntos com o vagar e a meditação que os mesmos pedem. Mas como membro desta assembleia, recolho a decisão manifestando o meu desconforto. -----

No passado recente o tribunal das Caldas proferiu a 4ª sentença que opôs o município de



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		8
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Óbidos a uma munícipe. Nas quatro decisões fomos forçados a assistir à desconsideração do município nas suas decisões sobre o tema do negócio sobre o terreno do Pingo Doce.--- Desde 2005, data em que tomei conhecimento deste assunto, que manifestei a minha opinião sobre o mesmo e do modo pouco ortodoxo com que foi conduzido. Os resultados das decisões dos tribunais nem um único momento me surpreenderam. Aquilo que surpreendeu foi o modo como um município litiga, o modo como gasta tempo aos tribunais, o modo como gasta dinheiro aos contribuintes com este assunto, e, por fim, como ainda o sustem para lá do razoável. -----

Tendo em conta o estado financeiro do município, bem como do País, solicito ao Senhor Presidente da Câmara que informe esta Assembleia quanto custou todo este processo em:--

-Custas Judiciais;-----

-Acompanhamento Jurídico; -----

-Dias de trabalho de pessoas em tribunal. -----

Agradeço ao Senhor Presidente da Câmara que mantenha a caneta e papel na mão, pois que na última Assembleia afirmou que a razão de ser de haver incorreções e desajustamentos no IMI residia no mapeamento que as finanças tinham do concelho.-----

Assim sendo pergunta-se o que é que já foi feito e quando é que pensa estar pronta uma proposta de mapeamento para ser discutida e apresentada posteriormente às finanças?-----

--- A Deputada Anabela Adónis disse que tendo em consideração que na atividade do Município vem referida uma reunião no passado dia 18 de dezembro, com o Secretário de Estado da Agricultura, relativamente à rede de regadio, gostaria de perguntar se lhes pode trazer algumas notícias, relativamente a esta matéria. -----

--- A Deputada Joana Machado disse que, ultimamente, ouviu-se muito falar em Escola Municipal e perguntou o que é a Escola Municipal. Solicitou o guião que foi referido em vários jornais, pois não o conhece, assim como não o conhecem os restantes deputados municipais da oposição. -----

Continuou dizendo que muitas dúvidas surgem. Como docente, como mãe e até como deputada municipal tem sido abordada por várias pessoas e tem constatado que neste momento há um sentimento de insegurança a precisar de respostas. Como tal, perguntou: --

- Como será feita a contratação dos docentes? Quais serão os critérios para esta seleção? -----
- Como será feita a seleção do novo diretor? -----
- O orçamento municipal para 2014 já prevê as despesas acrescidas da escola municipal? Ou será o Ministério da Educação a suportar todas essas verbas? -----
- A comunidade escolar concorda com este “projeto”? Joana Machado afirmou que, até onde conseguiu perceber, esta escola municipal está bem longe de ser um desejo da nossa comunidade escolar. É sobretudo mais uma imposição da câmara para os docentes e não docentes. -----

Acrescentou Joana Machado que observando os rankings publicados o mês passado, verifica-se que os resultados das escolas do concelho de Óbidos são preocupantes, porque pioraram. -----

A Escola Josefa de Óbidos desceu na classificação e, no nosso distrito de Leiria, a Escola do Furadouro ficou em último lugar, num ranking de 63 escolas. -----

Defendeu que se tem que tomar atitudes em relação a esta situação, mas “queremos ter a certeza que estamos a dar o passo certo”. -----





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>9</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>

Disse, ainda que até os próprios professores também não sabem quase nada sobre a escola municipal.-----

Sugeriu que seja lida e refletida a tese de mestrado de Luizinho Leal, ex-vereador da Câmara de Óbidos, apresentada recentemente na Universidade Aberta e que mereceu distinção, sobre a educação em Óbidos. Disse que aí se encontrarão pistas para os principais problemas da educação no concelho de Óbidos.-----

--- O Deputado Jorge Veloso questionou o motivo dos munícipes terem que pagar a entrada aos sábados e domingos no evento Vila Natal, referindo que no passado verão, antes das últimas eleições autárquicas, a entrada para os munícipes era gratuita também aos fins-de-semana e agora só à quinta e sexta-feira. Considerou que isto é sobrecarregar os munícipes que já contribuem com os seus impostos e taxas que servem também para dar muito dinheiro à empresa municipal Óbidos Criativa, para subsidiar a realização de eventos. Terminou esta intervenção dizendo “pedimos à Câmara para nos esclarecer sobre esta dupla taxação.”-----

--- A Deputada Ana Carvalho disse que esta sessão da Assembleia Municipal foi marcada para começar às 17h45 e que já eram cerca das 19 horas e ainda não se entrou no período da ordem do dia.-----

Acrescentou que anteriormente o público falou de madrugada e perguntou se agora é à hora de jantar.-----

Em nome do Grupo Municipal do PS fez uma chamada de atenção ao presidente da mesa sobre a necessidade de, futuramente, em situações idênticas, a sessão começar, preferencialmente, pelas 14h30 num sábado, ou pelas 20 horas dum dia útil.-----

Leu os seguintes extratos de uma carta de um cidadão do concelho que foi dirigida ao Grupo Municipal do PS.-----

“A notícia na Gazeta sobre a indemnização a que a Câmara foi condenada a pagar à família Virella é da maior gravidade e é a razão desta mensagem.-----

Não me parece que o PS tenha esclarecido bem a população sobre as consequências, para a população, do recurso ao PAEL pela Câmara de Óbidos. É a população e as empresas do concelho que vão pagar as "custas" desse empréstimo, nomeadamente através do IMI que não vai poder baixar até se pagar o empréstimo, antes pelo contrário.-----

O enorme montante da indemnização, agora condenada a pagar, vem acrescentar mais sacrifícios aos munícipes e empresas do concelho.-----

Exijo uma campanha de esclarecimento da população (principalmente junto dos pagantes de IMI) sobre estas consequências já que esta não tem qualquer ideia das mesmas e não lhe passa pela cabeça quem vai pagar.-----

Quanto a estes "Mordomos Festivaleiros", critico esta gente pelo facto de, embora da direita mais radical, ter atitudes e decisões político-económicas conotadas com a economia tipo antiga União Soviética. Refiro-me à organização de festas, espetáculos, etc., em que se substituem à economia privada. Agora também está comprovado que aderiram à prática da economia de especulação, própria de construtores civis sem escrúpulos, conhecidos pelos "PATOS BRAVOS".-----

--- O Deputado João Costa perguntou se o que foi lido é a posição do PS.-----

--- A Deputada Ana Carvalho respondeu que o que leu é parte de uma carta que foi dirigida ao Grupo Municipal do PS, tendo sido entendido que deviam ser partilhadas nesta assembleia aquelas passagens, para conhecimento de visões diferentes que existem na população.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>10</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>

--- O Deputado João Costa disse que está a decorrer o Óbidos Vila Natal. Um acontecimento que faz com que Óbidos seja uma Vila e um Concelho falado em todo o país. -----

Nesta edição, renova-se, jogou uma nova dinâmica. Uma dinâmica que passa do castelo para o Concelho, com vários acontecimentos fora do Concelho e a dinamização desses Concelhos e, para além da cerca, também a própria Vila acaba por ter uma nova dinâmica com o convite às associações, as quais ficaram satisfeitas com a participação. -----

Também estes espetáculos de luz acabam por fazer com que Óbidos seja notícia, não só nas televisões, como em jornais de todo o país. -----

Quando está longe de Óbidos, gosta que as pessoas lhe falem deste acontecimento, que mostra criatividade e mostra uma renovação do próprio conceito. -----

--- A Deputada Sílvia Correia pediu que a Câmara reapreciasse a decisão que tomou, relativamente ao aeródromo de Óbidos, pois continua claro que quaisquer planos de construção de um novo aeródromo, a curto, ou a médio prazo, não passou de propaganda eleitoral. -----

Entretanto, o Concelho de Óbidos continua a ser prejudicado com uma decisão, que, do ponto de vista da defesa do interesse público, não fundamentou, e do ponto de vista do interesse privado, tem uma longa história por contar. -----

O aeroclube está a perder sócios, com a decisão, os quais estão a procurar outros aeródromos para alojarem os seus aparelhos e, ao mesmo tempo, ao nível do turismo, não podem ser promovidas iniciativas que tragam turistas ao Concelho, por esta via. -----

--- O Deputado Fernando Jorge disse que custa-lhe muito ouvir pessoas falar sobre educação, até pessoas que presa muito, e, portanto, deviam estar devidamente documentadas, dizendo algumas coisas que não correspondem à verdade. -----

Quando se fala na escola municipal é certo que preocupações todos têm, naturalmente quando uma coisa é nova. Mas também devia estar informada que a escola municipal se vai construir com todos. É uma escola de todos para todos. Portanto, os professores, os pais, vão ser devidamente envolvidos na construção dessa escola municipal. Vão aguardar essa construção e esse programa, que vai surgir, da escola municipal. -----

O Alvito não é a última escola do distrito. Os Arcos, foi, em dois mil e oito, a primeira escola a entrar no novo sistema que construíram. Uma escola, naturalmente, com um sistema diferente, em que leva os alunos do primeiro ao sexto ano. Os alunos que iniciaram o primeiro ano nesta escola, concluíram o seu sexto ano, o ano passado, e fizeram o seu exame nacional. Ficaram no ranking em duzentos e trinte e um, em mil cento e trinta e seis escolas. -----

Mas se quiserem comparar com as escolas das Caldas, podem ver que só São Cristóvão ficou à frente, ou seja, São Cristóvão ficou em centésimo nonagésimo lugar, o Colégio da Rainha D. Leonor ficou em duzentos e sessenta e seis, D. João II ficou em quatrocentos e quatro, Santa Catarina ficou em quinhentos e Santo Onofre em oitocentos e noventa e um. -

Quando se compara com as Caldas verifica-se que, na verdade, os alunos que iniciaram este sistema, com os novos complexos escolares, e que pela primeira vez foram a exame nacional, ficaram bem colocados. Aliás, subiram no ranking seiscentos lugares. Isso não é mencionado. Mencionam o caso da Josefa de Óbidos, secundário, ter baixado alguns lugares, mas também não sabem como é que se constrói um ranking do ensino secundário. Porventura, também não sabem, que Josefa de Óbidos só tem um curso, que é ciências e tecnologias. Com os quatro exames nacionais mais difíceis, com taxas de reprovação mais



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>11</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

elevadas e com médias escolares nacionais execráveis. Não podemos comparar com uma escola que tem exames em línguas e humanidades, ou exames noutras áreas.-----

O que queria realçar aqui é que devemos ter atenção naquilo que se diz e, sobretudo, analisar os resultados no seu global e não parcelarmente, em algumas situações. Não ouviu, por parte da oposição, ninguém falar, quando atingiram o centésimo vigésimo primeiro lugar, a nível nacional, em dois mil e onze, com os alunos da Josefa de Óbidos. É pena que não tivessem visto isso na altura dos rankings. Na altura, foram a segunda escola do distrito, atrás da Raúl Proença. A educação pode utilizar-se na política, mas de uma forma correta e de uma forma, substancialmente, bem equilibrada.-----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que está lá a sinalização de estacionamento proibido. O máximo que podem fazer é chamar à atenção da GNR para essa circunstância. Já pediu para a questão da passadeira ser corrigida. Querem dar uma resolução à estrada da capeleira. Por isso figura entre outras obras no orçamento. Terão que fazer a correção, que não é apenas asfalto.-----

Sobre a empresa, deixou-se um anátema no ar, que não esperava. Estas contas de merceeiro que foram apresentadas, não passam disso mesmo, na medida em que quando se dizia o número de visitantes, o número de visitantes é isso mesmo, não é o número de entradas pagas.-----

Quanto à estadia da seleção, é verdade que se disse que tinham uma candidatura, foi objeto de programação e que na sequência da reorganização do Turismo do Oeste, este financiamento saiu, de alguma maneira, prejudicado, sendo certo que não há ainda decisões sobre essa matéria, mas a Câmara assumiu um compromisso, e como pessoa de bem, estará à altura para cumprir o seu compromisso com a seleção nacional. -----

Sobre o Pingo Doce disse que a Câmara esteve sempre de boa-fé, continua de boa-fé e, por acreditar na justiça portuguesa, tomou a decisão, em nome da justiça, de recorrer da sentença. Está muito tranquilo e com muita convicção, que vão ser bem sucedidos nesta matéria, até porque existem factos novos. É estranho que, precisamente aqueles que testemunharam contra a Câmara, hoje venham aqui mostrar alguma preocupação. Participando no processo, a única coisa que deviam, todos, fazer, era deixar que o processo seguisse o seu trâmite normal, até porque esta sentença ainda não transitou em julgado. Não há uma decisão final. Tudo o que possamos dizer sobre isso, poderá ter uma interpretação. Vontade de prejudicar os nossos concidadãos e de prejudicar, também, naquilo que já tiveram até agora. A Câmara está a trabalhar muito para interpor o recurso no momento que entender, dentro do prazo estabelecido. -----

Houve uma reunião com o Secretário de Estado da Agricultura, em que lhes deu a informação de que, no âmbito do regulamento transitório que foi aprovado na União Europeia para utilização de verbas do próximo quadro comunitário de apoio, têm condições, a muito curto prazo, de avançar com todos os procedimentos para o arranque da obra, sendo certo, que aquilo que têm no orçamento, e o orçamento foi construído antes da reunião com o Secretário de Estado, vai obrigar, seguramente, a uma revisão do mesmo. ---

Sobre a escola municipal, já foi dada uma explicação pelo Deputado Fernando Jorge. Sente muitas vezes uma certa injustiça de alguns. Felizmente que não é da comunidade educativa. A comunidade é muito mais do que a comunidade educativa. Espera que as pessoas tenham esse espírito de abertura, porque, desde a primeira hora, se é um facto que apresentaram um guião ao Ministro da Educação, ao Ministro do Desenvolvimento Regional, também é verdade, que não o apresentaram publicamente, porque não querem



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		12
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

contaminar com aquilo que é a visão da Câmara, porque querem chamar a comunidade a participar na criação do modelo educativo. Aí devem fazer justiça. Este não é o modelo do PSD, este não é o modelo do PS, este não é o modelo de qualquer força política ou partidária. Estão a construir um modelo com a comunidade e para a comunidade, que transcenda os partidos. O pior que pode acontecer a qualquer modelo educativo, é ter uma conotação partidária. Tem estado com essa comunidade mais restrita, educativa, e de facto, não sente a dúvida, ou insegurança que a Deputada apresenta, a não ser de alguns, muito poucos, que olham mais para a questão educativa como uma questão pessoal, do que, propriamente, para o interesse coletivo. Na generalidade, a comunidade está aberta, com vontade de participar. Isto é uma coisa que é para ser feita com todos. O diretor será objeto de concurso. Os professores são para manter nos quadros do Ministério da Educação.-----  
Sobre as entradas livres na Óbidos Vila Natal disse que estão na presença de dois eventos distintos. Um evento, que é o Mercado Medieval, que tem um efeito muito comunitário, contra um evento que não tem tido tanto essa participação comunitária. Ainda assim, colocaram dois dias de entrada gratuita dos Municípios. Apesar disso, ainda deram mais um dia com um postal que foi enviado a todos os Municípios, para poderem, no dia de Natal, fazerem uma visita ao evento.-----

Acha estranha a intervenção da Deputada Sílvia Correia, dado que têm estado a trabalhar com o aeroclube da Lagoa de Óbidos, junto da CCDR, para tentar resolver a situação. Ninguém pode ignorar a situação do ponto de vista do ordenamento do território, a não ser que quisessem que o Executivo anterior tivesse, de alguma maneira, pisado o risco, com as consequências que isso tinha. Ninguém sabe, se é, ou não, o momento. O Município teve um combate duríssimo para defender um aeródromo, contra muitos autarcas, no Concelho de Óbidos. Daqui a alguns anos vão ver a importância que isso teve.-----

--- O Deputado Francisco Teixeira disse que fique bem claro que aquilo que pauta a sua vida, e o seu dever de consciência. Se foi convidado a testemunhar num processo, fê-lo como cidadão. E nada, nunca, em circunstância alguma, lhe inibirá de ter a sua posição e de a manifestar.-----

Se foi testemunha no processo, aquilo que disse, disse-o publicamente. Foi a mesma coisa que disse numa entrevista na rádio e é aquilo que tem dito sempre. Entende e sempre entendeu, que foi vergonhosa a forma como o Município tratou o casal Virella. Sempre tomou essa posição, desde dois mil e cinco. Nada a espantar, nada de novo.-----

Estranha imenso a posição da Câmara, em manter e recorrer, novamente, do mesmo processo, quando já perdeu quatro. Isto custa dinheiro ao país. Estão com problemas difíceis, têm todos que apertar o cinto.-----

--- A Deputada Joana Machado disse que não estão contra o projeto da escola municipal. A sua intervenção não foi contro o projeto. Querem é mais informação e estão disponíveis a trabalhar com a Câmara.-----

É um assunto que os preocupa. Teve azar com os colegas com quem falou. Desde o pré-escolar, primeiro ciclo, segundo ciclo e até alguns do terceiro ciclo, com quem falou, não sabiam nada sobre a escola municipal, estão com receios, têm muitas perguntas.-----

Não pode ser contra um projeto que não conhece. Queria era conhecer e saber mais sobre o projeto.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que não vamos olhar para a Assembleia Municipal como um órgão que tem que reunir ao fim de semana, como uma coisa completamente pós-laboral, que fica sempre no último lugar das nossas coisas. Estão a



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>13</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

tentar encontrar um horário. Foi feita uma conferência entre os representantes, na última reunião. -----

Atrasaram um bocadinho o início. A sua vontade era que fosse mais cedo, para terem duas, três horas e fazerem uma boa Assembleia Municipal. Tentou sensibilizar os porta-vozes dos partidos, para que assuntos, de natureza mais política, que são importantes, mas quando existem na ordem do dia, também, ou igualmente, assuntos muito importantes, tentarem fazer uma gestão desses assuntos, para não sobrecarregar, eventualmente, com Assembleia Municipais com muitos assuntos e outras com muito menos assuntos. -----

Foi aqui falado um assunto relacionado com um processo judicial. Contra a vontade do Presidente da Câmara, irá falar sobre o mesmo, porque há dez anos que conhece a história, faz parte dessa história e é incrível como é que ninguém lhe perguntou nada. Nem num órgão autárquico, na Câmara Municipal, nem na Assembleia Municipal, nem sequer numa sessão de julgamento, sobre matérias que realmente interessam. -----

Respeita muito o segredo de justiça e sabe que estão ao abrigo do mesmo, enquanto uma decisão não transitar em julgado, Mas quer apenas, para não prejudicar o recurso do Município, dizer o seguinte: -----

Entre o segundo semestre de dois mil e dois e ano de dois mil e quatro o Município esteve, de uma forma muito empenhada, a preparar um conjunto de intervenções, que visava fazer uma requalificação urbana, fora do centro histórico. -----

Partiram este princípio, que Óbidos não pode ser só muito bonito na área classificada e a sua ligação com as áreas urbanas, mereciam requalificações. -----

Debaixo dessa vontade, começaram a fazer um conjunto de trabalhos. Herdou do Pereira Júnior um projeto para construção de uma piscina municipal que entendeu que não se adequava. Não tinham o terreno certo. Era para ser construída no sítio onde estamos. A piscina, praticamente, não cabia. Fizeram um novo projeto e foi preciso relocaliza-la. -----

Para isso contataram a família Igrejas, que tinha uma área muito grande e que tinha várias classificações. Como o terreno era muito grande, não sabiam o valor do mesmo. Isto foi no final de dois mil e dois. Nem o proprietário, nem a Câmara, sabiam quanto é que o terreno podia valer. -----

Foi combinado com o proprietário, que já faleceu, que se fizesse uma avaliação. A Câmara mandou fazer uma avaliação e depois, se ele não concordasse com essa avaliação, poderia mandar, ele próprio, fazer uma avaliação. -----

Fez-se uma avaliação. Foi-se buscar um perito inscrito no Tribunal da Relação de Lisboa. A seguir foi feita uma negociação. Olhou-se para os valores e passaram, pela primeira vez, a ter valores de terrenos, em área urbanizável e de outro tipo de classificações, que esse artigo tinha. Fez-se a negociação. Chegou-se a um valor. Passados uns meses fez-se a escritura. -----

Depois de terem chegado a acordo com o proprietário, contataram os proprietários de um único terreno que estava ali disponível e tinha uma placa, há muitos anos, a dizer: “Vende-se”. Perguntaram às pessoas se elas queriam vender. -----

As pessoas foram a uma reunião com ele e disseram que queriam vender. -----

Fez dezenas e dezenas de aquisições para o património do Município. Nunca propôs nenhum valor. Quem faz, em primeiro lugar, o valor, é o dono do terreno. -----

Os proprietários disseram-lhe qual era o valor que tinham para o terreno. E o valor que apresentaram, nessa reunião foi, na moeda antiga, cinquenta e três mil contos. Não tem nada a ver com o que tem andado a ouvir por aí. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>14</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Mandou os seus serviços, nomeadamente a seu adjunto à altura, buscar a avaliação que tinha sido feita, meses antes, para o terreno do lado, e fizeram ali uma aplicação. Metros quadrados, a classificação era toda urbanizável e multiplicaram. Por aquela avaliação, que era atual, dava trinta e nove mil contos. -----

A Senhora perguntou se não podia subir. O valor que ela queria era cinquenta a três mil contos, a avaliação dava trinta e nove. Como é que justificaria uma proposta fora da avaliação que estavam a aplicar. -----

Propôs que se criasse um prazo para fazer o pagamento. Após a escritura, combinaram doze prestações, ou seja, eram treze. A primeira seria na data da escritura. Ficaram a meio. O Município subiu sete, em relação ao valor da avaliação e eles desceram sete, em relação ao valor que pediram. -----

Tudo o que viu a seguir, foi motivado, na sua opinião pessoal, por aquilo que aconteceu dois anos depois. Aconteceu algo em que nunca pensaram e não faziam ideia de que poderia acontecer. -----

Até lá, arrancaram eucaliptos, começaram a construir uma piscina, fizeram os acessos todos, fizeram ali um conjunto de trabalhos preparatórios. -----

Passado um ano desta conversa, e de terem combinado isto, fizeram a escritura. Estavam com tanta pressa e acharam que, de facto, o valor, era assim uma coisa tão espetacular, que demoraram um ano para fazer a escritura. Aconteceu a escritura em dois mil e quatro. Nem contrato-promessa existiu. Os proprietários poderiam ter desistido da sua proposta. Houve uma única reunião e o assunto ficou fechado. Depois, pressão sobre a Câmara, para que se fizesse a escritura. A Câmara, de facto, atrasou-se, como se atrasou em muitas outras. Também, nesta altura, contataram outros proprietários de terrenos, porque queriam áreas de estacionamento, queriam áreas para o dois mil e quatro. Aí foi uma data que não podiam atrasar mais. -----

Quando Óbidos ganha um centro de treinos oficial do Euro dois mil e quatro, precisavam de todas as áreas para fazer estacionamento. Este terreno, que se falou aqui, foi todo preparado para estacionamento, e assim ficou, até dois mil e cinco, como ficaram outros terrenos. -----

Hoje, têm um Vereador na Câmara, que na altura e no cumprimento da sua profissão, representava um proprietário, quem em julho de dois mil e quatro, também reuniu com a Câmara e cuja escritura se fez muitos anos depois. Aliás, só se fez o ano passado, ou uma coisa desse género, porque era essa a vontade da Câmara e era isso que na altura estava a acontecer. -----

Quando tem essa conversa e fazem essa negociação, ficaram a dar-se lindamente. Visitou as pessoas, deram-lhe prendas, o maior relacionamento. -----

Em dois mil e cinco aparece-lhes um pedido para instalação de uma unidade comercial, que violava o plano diretor municipal. Isso não é coisa que vá ao Presidente da Câmara. Quando se viola o PDM, é informado tecnicamente, e dá-se essa comunicação às entidades ligadas ao Ministério da Economia, porque é obrigatório aos Municípios darem essa informação. -----

Há uma reunião a seguir sobre aquilo que têm disponível e tinham, e têm, várias áreas para a instalação de unidades comerciais. À volta da rotunda, têm classificação no PDM como urbanizável, que também pode albergar equipamentos daquela natureza. Vislumbra, pelo menos, mais dois. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>15</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

A aquisição desse terreno é aprovada por unanimidade por partidos políticos que estão sentados aqui e que sempre tiveram representação nos órgãos autárquicos. É que há partidos que nunca tiveram, ou só agora é que têm. Houve, nessa altura, unanimidade. Nunca, ninguém, levantou uma única questão. -----

Em dois mil e cinco, quando aparece, de facto, a oportunidade de Óbidos, as populações do Concelho de Óbidos, terem um supermercado na sua área central, pensaram que tinham de ter este equipamento. O Executivo avaliou, tecnicamente, e disse que não havia nada que os impedisse de colocar, neste terreno, que compraram á dois anos, e que fizeram escritura á um ano. Perto do verão de dois mil e cinco, portanto, dois anos e tal depois desta negociação, é que aparece a história do Pingo Doce. -----

--- Nesta altura, o Presidente da Assembleia Municipal foi interrompido pelo Deputado Francisco Teixeira. Este disse que não lhe interessa o que o Presidente está a dizer. Já ultrapassaram o tempo previsto para o período fora da ordem do dia. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que sabe que não lhe interessa. Levantaram questões que lhe dizem diretamente respeito e sente que tem obrigação de esclarecer. Não tem medo nenhum de esclarecer as pessoas. Só lamenta que o Deputado Francisco Teixeira nunca lhe tivesse feito nenhuma pergunta, com frontalidade. -----

Este assunto vai à Câmara. Há uma compra e depois há uma venda, que inquietou tanto algumas pessoas. Essa venda foi aprovada, novamente, por unanimidade, pela Câmara, sem nenhuma oposição, por todos os partidos e pela Assembleia Municipal. Há mais de trinta pessoas que se envolveram na decisão de vender, na forma como foi vendido, por hasta pública. -----

Foram feitas queixas à IGAT, que verificou se existiam irregularidades complicadas no processo, e não existiram irregularidades complicadas. Há sempre pequenas coisas que não são feitas. Há irregularidades que são graves e há irregularidades que não tiveram importância. -----

Foi feita queixa ao Ministério Público. O Ministério Público deu razão ao Município sobre esta matéria. Praticaram atos. Não tem nenhuma vergonha dos atos que o Município praticou, porque os fizeram de boa fé, resolveram problemas às populações, não prejudicaram ninguém. Não podem é estabelecer uma história de causa – efeito. -----

Acha incrível, como é que num processo judicial, ninguém quer ouvir o Presidente da Câmara, a não ser perguntas de natureza técnica, como as que lhe fizeram no julgamento. Porque é que, na sua opinião, a hasta pública não foi registada na Conservatória. Não percebe nada disso. Este tipo de questões, não são as questões para fazer a um Presidente de Câmara. São questões para se fazer a um técnico, a alguém que trata dessas matérias, porque ele não sabe responder. -----

Querida dar este esclarecimento. Houve aqui quem dissesse que estava de consciência tranquila e que se orientava pela sua consciência. Orienta-se pela sua consciência. Está de consciência tranquila e à uma coisa que o separa, se calhar, de muita gente. É que tudo o que fez foi para bem do Município de Óbidos, e tudo o que o Município lucrou, não foi ele que lucrou, foi o Município de Óbidos. Há muita história por esse país fora que é o contrário. Falemos assim, porque é isto que infelizmente é a história da corrupção em muito lado. Felizmente nós não temos essa história, nos últimos anos, pelo menos desde que começou a ser Presidente da Câmara aqui, no Concelho de Óbidos. Nisso, também tem muito orgulho. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		16
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

--- O Deputado Jorge Veloso afirmou que a versão da maioria política da Câmara é diferente da do antigo dono do terreno onde está o supermercado Pingo Doce, uma vez que este diz foi pressionado pelo anterior presidente da Câmara e que o pedido de uma indemnização terá sido para dar força à reclamação, tendo o Tribunal decidido a favor desse antigo dono do terreno. -----

--- O Deputado Custódio Santos, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se o Presidente da Câmara acha que o negócio do Pingo Doce foi bem gerido e a parte de estacionamento. Qual é a taxa que o Pingo Doce paga pelo estacionamento. Se acha que aquela rotunda foi bem-feita e a quem é que está a prejudicar. Onde é que conhece uma rotunda naquelas condições, que não tem circuito giratório.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal, informou que já não é Presidente da Câmara. ---

--- A Deputada Ana Carvalho lembrou que se limitou a ler o email que foi enviado. É importante e salutar lerem uma coisa que lhes foi enviada por um Município, que é eleitor deste Concelho, e demonstrar as suas preocupações. -----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos. ---

--- **PONTO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2014-2017:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil e quarenta e oito, de treze de dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2014-2017.-----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues questionou se o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Telmo Faria, nomeado representante da Câmara na OBITEC, poderia intervir neste ponto em que está incluído um subsídio àquela entidade.-----

Na condição de Presidente da Assembleia Municipal tinha dúvidas que pudesse representar o Executivo.-----

--- Foi esclarecida que o Dr. Telmo Faria, embora designado pela Câmara para seu representante na OBITEC, não tem exercido essa função, por falta de tempo disponível.---

--- O Deputado José Machado disse que as opções do plano e orçamento para o ano seguinte devem ser apresentados em Novembro, de acordo com o nº 2 do artigo 27º da Lei 75/2013, a qual estabelece a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte ser em Novembro, salvo se tivessem havido eleições intercalares nos meses de Novembro ou Dezembro, o que não é o caso.-----

O Deputado José Machado alertou para o facto do Estatuto do Direito de Oposição nas autarquias locais, consagrado na Lei n.º24/98, não ter sido respeitado. Disse que, possivelmente, vai ser apresentada a desculpa de falta de tempo disponível, mas referiu não faltou tempo para fazerem um comunicado de imprensa a desmentir declarações da oposição que são verdade. -----

Disse também o Deputado José Machado: -----

O orçamento proposto para 2014 é de cerca de 24 milhões de euros, sendo 14 milhões para despesas/receitas correntes e 10 milhões para investimento (capital). -----

Dos 10 milhões para investimento 4,1 são para a obra em curso da Escola Josefa de Óbidos que é paga totalmente pela União Europeia e pelo protocolo assinado com o Ministério da Educação, no Governo anterior e confirmado pelo atual. -----

Como evolução positiva, disse que este orçamento está menos empolado dos que os anteriores. Recordou que no mandato anterior chegou a haver um orçamento de mais de 40





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		17
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

milhões de euros que foi apresentado como o remédio contra a crise. O remédio não deu efeito e teve como consequência o aumento da dívida de médio e longo prazo. -----  
Abordamos agora duas emblemáticas promessas da última campanha eleitoral do PSD.-----

- A oportunidade de ouro para criar junto das Gaeiras um novo polo de desenvolvimento importantíssimo das terapias de lazer - assim foi afirmado pelo anterior presidente da Câmara e consta da ata da reunião de Câmara do dia 4 de Setembro, mês das últimas eleições autárquicas. -----

O livrinho da propaganda eleitoral do PSD, de que foram distribuídos milhares de exemplares pelo concelho, classifica este projeto estruturante para a região.-----

Perguntou a que se deve não constar nas opções para 2014/2017 a elaboração do projeto da construção do estabelecimento termal nem as demais obrigações, que envolvem custos, estando também omissos os eventuais proveitos financeiros neste mandato autárquico. ----

Perguntou o motivo da prometida ponte sobre a Lagoa de Óbidos estar omissa nas opções para 2014/2017, embora, neste momento, a prioridade deverá ser resolver o problema da aberta da lagoa. -----

Pedimos para ser esclarecido se a maioria PSD assume que promessas suas, ao longo dos anteriores 12 anos, desapareceram definitivamente, como:-----

- o Grande Auditório (esteve previsto no orçamento municipal com o valor de 7 milhões de euros) -----

- a Casa das Rainhas -----

- o Projeto Óbidos Gourmet -----

- o Projeto Eco Vila-----

- o Museu e a Fábrica do Chocolate. -----

Fica a saber-se que vai regressar a Revista RIO, com uma despesa no orçamento de 12 000 €. Alertamos que a oposição quer exercer o seu direito que está esclarecido de publicar as suas posições nessa revista. Tal foi admitido pelo anterior presidente de Câmara, não se tendo concretizado porque a publicação foi entretanto suspensa.-----

Salienta-se: -----

- A requalificação da rede de água de Óbidos está sem verba definida no orçamento. -----

- A empresa municipal Óbidos Criativa, filha da Câmara, vai receber um subsídio camarário de 562.000 €.-----

- Mais de 600.000 € de subsídio camarário para a OBITEC que é uma espécie de neta da Câmara.-----

Este Orçamento dá mais dinheiro à empresa municipal e à OBITEC do que a todas as Juntas de Freguesia.-----

Atendendo às atuais circunstâncias, designadamente ao Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos, são muito ambiciosos e de difícil concretização os seguintes objetivos estratégicos da Câmara para o próximo ano: -----

- Aumentar o nível de conforto e da qualidade de vida dos Munícipes. -----

- Aumentar o grau de satisfação dos trabalhadores e da Autarquia. -----

Os documentos em análise não estão devidamente articulados com o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos, no âmbito do PAEL, que viabilizou o empréstimo recebido este ano no valor de cerca de 3,8 milhões de euros. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>18</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Nos mapas do Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos constam para 2014 despesas inferiores às que estão no Orçamento hoje em debate. Isto carece de justificação.-----

Recorda-se que o referido Plano de Ajustamento Financeiro irá vigorar até 2026 e é um autêntico garrote à gestão municipal.-----

Seria útil haver um balanço previsional que tivesse a previsão do passivo municipal no termo de 2014.-----

No Orçamento da despesa há muitas rubricas designadas “Outros”, sem melhor especificação, por exemplo:-----

Despesa de 1.280.490,86 € (código 4.3 – Diversos)  
“02.02.20 OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS” no valor de 1.163.307,93 € ----

Não se discriminam estas verbas de valor elevado, mas estão especificados, por exemplo, 100 € para a ampliação do cemitério da Usseira.-----

Conviria esclarecer bem a que se destina a verba prevista de 654.261,49 € para o projeto SAMA e INOV-ÓBIDOS.-----

As despesas em que não são claras as definições das rubricas, sendo apresentadas como “Outro equipamento, Outras, Outros investimentos, Outros materiais, Outros abonos, Despesas correntes, Outras despesas, Outros trabalhos, etc.”, ascendem neste orçamento a 5.272.155,00 euros. São mais de 5 milhões de outros, diversos e não especificados.

Uma forma prática de reduzir despesas seria de cortar boa parte dos mais de 5 milhões de euros de OUTROS e NÃO ESPECIFICADOS que neste orçamento são milhões de euros, salvo justificação compreensível e admissível.-----

De salientar que este orçamento contém receitas como mais cerca de 3 milhões € de taxas do alvará do empreendimento turístico Falésia d’El-Rei que não se repetirão no futuro. ----

As previstas aquisições de bens e de serviços em muitos casos são parcelas pequenas, mas a sua soma atinge valores consideráveis.-----

Para o sistema de rega das Baixas de Óbidos constam milhões de euros não definidos. Esta obra, se, se fizer, será com dinheiro da União Europeia e completado pelo Estado Português. A CMO poderá gerir esta obra, por analogia com a da requalificação da Escola Josefa de Óbidos, em que não tem encargo financeiro, salvo eventuais trabalhos a mais. Porém, para 2014, só está definida a verba de 1000 € num investimento previsto de milhões de euros.-----

A obra da substituição das redes de distribuição de água potável, em tubos com amianto, na vila de Óbidos e noutras localidades é muito necessária, mas a sua realização embora prevista no orçamento poderá ser adiada. Lembra-se que nos últimos 12 anos só a zona histórica da vila de Óbidos teve mais de duzentas intervenções do piquete das águas para acudir a avarias verificadas.-----

Importaria de uma forma clara dizer quais as obras e outras iniciativas que foram sendo anunciados ao longo dos últimos anos que não terão seguimento até ao final deste mandato. Assim, propõe-se que a Câmara faça um comunicado de imprensa indicando quais as obras e outras iniciativas que foram sendo prometidas ao longo dos últimos 12 anos e que não avançarão até ao final deste mandato, com uma breve explicação dos respetivos motivos. Isto daria credibilidade à política autárquica e seria um exemplo a praticar daqui para o futuro.-----

--- A Deputada Sílvia Correia disse que ao apreciarmos as “Opções do Plano” e “Orçamento para 2014” que nos são apresentadas ficamos com a ideia de que a equipa do



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>19</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

PSD, Humberto Marques / Telmo Faria, não soube fazer uma leitura correta dos últimos resultados eleitorais verificados no concelho de Óbidos. -----

Ora o PSD perdeu mais de 25% dos votos anteriormente obtidos, perdeu um vereador no executivo camarário e perdeu a maioria dos mandatos diretos na Assembleia Municipal e se não fosse o sistema de escrutínio (método de Hondt) que favorece os partidos com maior número de votos, teria perdido também a maioria absoluta no órgão Câmara Municipal.-----

Nos termos do número 3, do Artigo 5.º, da Lei 24/98, de 26 de Maio, “os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes executivos (...), têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividades”. -----

Não obstante em anos anteriores termos vindo, por diversas vezes, a chamar à atenção para o incumprimento desta norma pelo anterior presidente da Câmara, o recém-eleito presidente da Câmara (vereador nos mandatos anteriores) Humberto Marques começa mal este novo mandato porquanto continua a mesma prática arrogante e sobranceira, para não dizer ditatorial do seu antecessor, como se fosse dono do Município e não estivesse sujeito às leis da República. -----

O governo PSD/CDS, reiteradamente, ignora a Constituição da República Portuguesa. O executivo camarário PSD/Óbidos segue-lhe os passos no não cumprimento das leis.-----

Assim, este incumprimento reiterado da Lei no que concerne à audição que devia ter feito, e não fez, sobre o plano de atividades e orçamento para 2014, não nos deixa outra alternativa senão comunicar às entidades competentes este procedimento, nomeadamente ao Ministério Público e ao Provedor de Justiça.-----

No que às “Opções do Plano” diz respeito importa dizer que a visão idílica que o PSD/Óbidos que governa a Câmara tem do Concelho, não tem qualquer semelhança com a realidade. -----

Afirmar-se que estão “praticamente concluídos os investimentos estruturantes do concelho” é não estar cá.-----

Então e as vias de comunicação alternativas que permitam retirar o trânsito pesado de algumas freguesias e vilas (Gaeiras e Óbidos, por exemplo)?-----

Então e a tão divulgada e propagandeada requalificação urbana? -----

Então e a substituição e remodelação da rede de distribuição de água ao domicílio que em muitos sítios ainda possuem materiais perniciosos à saúde e onde se verificam amiudadamente roturas com enorme desperdício do precioso líquido?-----

Então e a rede de distribuição de água na vila de Óbidos já foi toda substituída e já acabaram as constantes roturas? -----

E os locais – que não são poucos – onde ainda não existe rede esgotos?-----

Afirmar-se também no referido documento que “foi alinhada uma estratégia que já foi dando os seus frutos, quer ao nível da educação, quer da cultura, turismo, ambiente, infraestruturas de base para o investimento e criação de emprego”. -----

Todavia a realidade contradiz a afirmação. Ora, se assim fosse, como se explica que o número de desempregados registados no concelho tenha subido mais de 40%? Então onde está a tal política de atratividade potenciadora de geração de emprego? -----

É ou não verdade que não obstante o PSD deter a presidência da câmara de Óbidos há mais de doze anos, o poder de compra da população do concelho continua a ser dos mais baixos da região e ser bastante abaixo da média nacional, e até mesmo da região Oeste?-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>20</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

O acesso aos serviços de saúde piorou. Falta pessoal, médicos, enfermeiros e outros. Inauguram-se instalações com pompa e circunstância em período de campanha eleitoral que depois não funcionam por falta de pessoal. E o que faz a Câmara? -----  
No nosso concelho tem aumentado o número de pessoas que recorre ao Banco Alimentar o que significa que parte da população tem maiores dificuldades.-----  
A emigração também tem aumentado.-----  
E por aí fora.-----  
Ou seja, a maioria da população do concelho de ano para ano vive pior. Todavia para a maioria PSD na Câmara tudo vai bem no “reino da Dinamarca”, isto é, “a música a tocar e o barco a afundar”.-----  
Relativamente ao “Orçamento” para 2014, que como de costume tem mais escuridão que clareza, porquanto as verbas de “Outros”, que não se sabe bem do que se trata, têm um peso enorme e algumas verbas estão longe de ser garantidas.-----  
A título de exemplo.-----  
“Receitas provenientes do loteamento de obras”, cerca de 3.000.000,00 de euros. Recordamos, a propósito, que numas entrevistas dadas a um jornal regional Humberto Marques afirmava que as receitas próprias haviam reduzido drasticamente por virtude da crise instalada no país. Então já acabou a crise? Então se já acabou a crise por que carga de água o governo continua a cortar nas pensões de reforma, na saúde, na educação, na cultura, nos subsídios de desemprego, a promover despedimentos na administração pública, etc..-----  
Em “Outros”, dois ou três exemplos da “nebulosa”.-----  
Tanto no “ORÇAMENTO DE DESPESA” como no “ORÇAMENTO DE RECEITA” existem vários exemplos de “OUTROS” já referidos pelo deputado José Machado do PS. --  
Na nossa opinião não concordamos com a redução voluntária da receita proveniente do IRS, porquanto se beneficiam os contribuintes de mais elevados rendimentos em prejuízo dos contribuintes de rendimentos mais baixos. Parecia-nos mais justo descer a taxa do IMI, à semelhança do que é praticado nas Caldas da Rainha. Tal como já foi discutido na anterior sessão da Assembleia.-----  
Não concordamos igualmente com a continuação das transferências para a “Óbidos Criativa” assente num protocolo errado, redutor das competências esta Assembleia, potenciador da promiscuidade entre funções dos serviços da Câmara e da empresa municipal e de compadrios político-partidários, sobretudo a nível de pessoal dirigente. ----  
É muito grave que este “Orçamento para 2014”, se vier a ser aprovado, entre em vigor, ainda mais tendo em conta a despesa extra que o Município irá ter, com certeza, com o pagamento da indemnização no caso do antigo proprietário do terreno do “Pingo Doce”. ---  
Por tudo o apresentado, a CDU mais uma vez vota contra este orçamento.-----  
--- O Deputado José Oliveira disse que o Deputado José Machado esqueceu-se que no orçamento tem que haver equilíbrio, e para haver equilíbrio, há o custo, mas há o proveito.- -----  
Para esses quatro milhões de euros da despesa tem de haver uma contrapartida na receita, dos mesmos quatro milhões de euros. Não referiu, porque não os viu. Está nos outros diversos. É preciso serem claros. É preciso falarem sobre estes assuntos. É preciso saberem ler os documentos técnicos.-----  
Em relação ao próprio orçamento e áquilo que preocupa todo o Concelho, pode referir que em relação ao mesmo, e em relação à função social, prevê um aumento de mais de catorze



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>21</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

por cento, o que é extremamente importante, dado que é um valor significativo. Para a educação prevê mais de dezasseis por cento, que também é significativo. Em águas e saneamento, também prevê um grande aumento. Foi criada uma rubrica nova, que é para as refeições com famílias com carência. É extremamente importante, tendo em conta as dificuldades económicas que vão existindo e que não podem, de maneira alguma, escamotear o que acontece a nível nacional e a nível concelhio. Existe uma rubrica de apoio ao enxoval que cresceu cerca de cinquenta por cento e as bolsas dos estudantes em cinquenta por cento. -----

Em relação às preocupações que tem visto ao longo dos anos e dos mandatos, nesta Assembleia Municipal, sempre disse que as coisas vão mudando, a economia vai mudando e os ciclos também vão mudando, o que provocou, neste tempo, um investimento bastante grande a nível do Concelho. -----

Foi ótimo que isso tivesse acontecido, em determinadas alturas, porque proporcionou que o Concelho, neste momento, consiga sobreviver com esses investimentos já anteriormente feitos e que provocaram com que viessem a aparecer novas receitas e este orçamento prevê novas receitas. -----

Prevê que elas continuem a crescer, a fala, essencialmente na área do IMI, não pelo aumento de taxas, mas por situações que vão acabando, como isenções. Vão proporcionar um crescimento ainda maior a nível do IMI. -----

As receitas correntes e as despesas correntes aparecem como uma mais-valia, com um valor positivo de quase um milhão de euros. O que podemos ver aqui é excelente, porque tudo o que é corrente, são movimentos normais, dos quais não conseguimos fugir. -----

Estamos a falar de vencimentos, estamos a falar de tipos de despesas que são fixas e constantes ao longo dos anos, e as receitas a mesma coisa. -----

Isto é extremamente gratificante, num orçamento e, até, nas contas do próprio Município, poder-se verificar situações destas, porque isto demonstra solidez económica do orçamento e criação de riqueza futura. -----

Este valor, que saiu daqui, vem a possibilitar maior investimento nas despesas de capital, porque só é possível haver maior investimento, tendo em conta que as despesas correntes, em relação às receitas correntes, deixam esse montante. -----

É preciso saberem verificar tudo isto e é preciso perceberem que a solidez económica de um orçamento e de um Município, ou de qualquer instituição, é crescente sempre que as despesas correntes sejam inferiores às receitas correntes. -----

Como técnico, demonstra que ao longo dos anos podem crescer nesta área. E crescendo nesta parte das receitas correntes em relação às despesas correntes, quer dizer que criaremos cada vez mais possibilidade de investimento e maior solidez económica. -----

---O Presidente da Câmara Municipal disse que do que depreende de todas as intervenções, foram mais comentários do que, propriamente, questões que tenham colocado ao Presidente da Câmara. -----

Estão mediante um orçamento para dois mil e catorze. Só é possível chegarem até aqui por uma única razão, que resulta, precisamente, do trabalho da última década do anterior executivo, em que soube planear, em que soube executar, naquilo que eram, e que são, e continuam a ser, as infraestruturas fundamentais ao desenvolvimento, criação de riqueza, à criação de riqueza económica para o Concelho de Óbidos. -----

Acha profundamente injusto uma certa ligação do desemprego, às políticas da Câmara. Lembrou o que era o Concelho há dez, quinze anos atrás, em matéria de criação de novos



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		22
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

empregos. O Concelho era um verdadeiro dormitório de unidades fabris de Caldas da Rainha.-----

Estas coisas não se mudam de um momento para o outro, mas há coisas que mudaram, e que foram referidas aqui, como sendo as últimas, nomeadamente o poder de compra. É bom que tenham noção da origem, de onde partimos. Subiram, neste tempo, ao nível do poder de compra, mais de vinte e cinco por cento. Foi das maiores subidas, se compararem a origem.-----

Há muito para fazer, por isso é que estão aqui, para trabalhar para as pessoas. ----- Este orçamento, hoje, permite-lhes ter essa perspetiva. Quando ouviu alguns deputados a falar, de alguma maneira, estava na dúvida se tinham lido o mesmo orçamento que tinha ajudado a construir. -----

Não ouviu, ao PS e à CDU, falar na área social. Reforçaram, brutalmente, o investimento no enxoval. Quase que duplicaram o valor. É às pessoas que estão neste momento com necessidades de maior atenção, terem respostas por parte do Município, nomeadamente, com as refeições quentes, com o aumento do investimento no maior idade, com o aumento do investimento de cinquenta por cento nas bolsas de estudo. -----

Estas são matérias que, obviamente, hoje, dado que se libertaram de investimentos e de despesas com as infraestruturas mais básicas, lhes permite apostar, fortemente, na dimensão social.-----

Disse que a sua candidatura, era uma candidatura que procurava fazer o caminho com as pessoas e para as pessoas. É isso que está refletido neste orçamento. É exatamente esse caminho, de políticas viradas para as pessoas.-----

Mas também está aqui muita coisa de requalificação urbana, de saneamento. Há aqui alguma dificuldade, porque isto é uma matéria muito técnica, e muita dificuldade de leitura, o orçamento. Têm duas rúbricas no saneamento. É a maior verba, nestes últimos anos, inscrita em matéria de saneamento, que têm neste orçamento. Não foi por mera simpatia da ERSAR, que lhes atribuíram e colocaram nas sessenta e uma Autarquias com melhor qualidade de água. Querem fazer mais. -----

Não precisaram do orçamento para começar a fazer o saneamento do Novo Mundo.-----

Já estão a investir nas requalificações. Quem mora no Concelho e quem conhece o Concelho sabe o que estão a fazer, sabe qual é que é o caminho. Estão a fazer, exatamente, esse investimento, a partir das Juntas de Freguesia, também. -----

Aumentaram as verbas com as Juntas de Freguesia. Há um conjunto de serviços e de bens que se fazem com as Juntas de Freguesia. Disse que iria aprofundar essa relação de trabalho com as Juntas. É isso que o Vereador José Capinha tem feito, com todos os Presidentes de Junta de Freguesia.-----

Têm, ao mesmo tempo, um forte investimento da rede viária. Têm, de rúbricas novas, cerca de um, vírgula, oito milhões de euros. Novos projetos. -----

Este orçamento reduz a despesa corrente, relativamente ao exercício anterior, em cerca de três, vírgula, oito milhões de euros. Fez isto por uma razão simples. É consequência do trabalho que tem sido feito nos últimos anos e que hoje permite fazer isso. É que ao mesmo tempo, muito do trabalho hercúleo, de uma pequena equipa da Câmara Municipal, que os fez levar a que o orçamento não fosse aprovado em novembro, mas em dezembro, com essa operação de limpeza, que os ajudou a construir um orçamento mais próximo da base zero.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		23
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Admite algumas críticas que se possam fazer sobre esta matéria, mas para fazer um orçamento rigoroso, com o tempo que tiveram, com os meios que tiveram, chegar até dezembro, foi uma tarefa difícil. Podiam ter optado por fazer um orçamento haddock, optaram por fazer um orçamento mais rigoroso ainda. Por isso demoraram tempo, sem macular a lei.-----

O Deputado José Machado leu a lei, mas não leu a alteração à lei, que permite que os orçamentos se apresentem, neste caso, até dezembro.-----

Sobre a questão das termas das Gaeiras, o facto de ela não estar designada como “Termas das Gaeiras” no orçamento, não significa que não esteja dentro do quadro das prioridades da Câmara Municipal. Tiveram já um projeto de execução para que pudessem em sede daquilo que á legislação e a modelação, para esta matéria, fazer uma caução sobre a concessão, facto que já aconteceu. A Câmara já tem uma caução para o caso da concessão das termas de Gaeiras.-----

Houve já reuniões com um investidor interessado sobre essa matéria. Não têm necessariamente de correr o caminho, que os privados podem fazer pela Câmara. Têm apenas que assegurar aquilo que pretendem, do ponto de vista do modelo de funcionamento, das valências, daquilo que pretendem, do ponto de vista social, que aquele investimento possa dar aos nosso Municípes, sem ter necessidade de fazermos nós e de correr sob a nossa conta, o projeto de arquitetura, ou o projeto de execução. Não é a nossa visão.-----

Entendem que pela importância que as termas têm, pela importância que tem a qualidade das águas, têm condições para meter as termas das Gaeiras a correr através de privados.----

Sobre os trabalhos especializados, o que está nessa rúbrica de um milhão e tal é, precisamente, trabalho de saneamento.-----

Quanto à questão das receitas, que se procurou aqui dizer que estavam empoladas, chamou à atenção que tem regras próprias. Isso resulta da média dos últimos vinte e quatro meses. Não podem inventar valores, resulta da Lei. Crê que este é um orçamento muito mais, ainda, virado para as pequenas intervenções, para a qualificação, para a continuidade na oferta, nas pessoas e, portanto, muito esforço na área social.-----

--- O Deputado Jorge Veloso disse que a juventude fica em casa dos pais até aos trinta anos. É despesas com várias coisas. Esse investimento na juventude terá que ser visto. Não seria suficiente investir numa só situação, para poder abarcar com todas estas despesas.----

Existe o antecedente, que eram as duas empresas municipais e que foram unidas numa só empresa. Neste caso já estão outra vez a criar duas empresas.-----

Congratula a Câmara com o aumento de catorze por cento de despesas para o apoio social.

Existe um empobrecimento da população e é preciso apoiá-la. Isso é positivo. No caso da ajuda de berço, houve um aumento de cinquenta por cento. É claro que não existe tantos bebés a nascer no Concelho. Pode-se dar mais, porque eles até são poucos e era bom que fossem mais. Espera que este apoio incentive as pessoas a terem mais filhos, porque será necessário para fazer as contas posteriores.-----

Na rúbrica outro, diversos, abre uma porta a que tenha outros fins, pois não tem um destino certo.-----

O Grupo Municipal do PSD disse que a situação está difícil e que teve que ser feito um orçamento mais realista, mas continua a ser os cinco milhões, que têm em outros e diversos, que não parece muito realista e muitas das receitas que lá constam, não sabe se estarão dentro do empolamento real.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		24
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Teve a informação que o serviço de águas cobra duzentos euros para colocar um contador. Mas infelizmente, esse equipamento não é colocado porque o serviço de água nem sequer tem material para aplicar. Sempre que é necessário uma placa numa rotura, têm que ir às Caldas comprá-la. Dizem que nem sequer têm cimento para completar a obra.-----  
Sobre as termas, deu o exemplo de duas firmas, que fizeram grandes recuperações em hotéis. -----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que não compreendeu o que o Presidente da Câmara disse a respeito da caução. Percebeu que a Câmara tinha feito uma caução, relativamente às termas das Gaeiras. Como nunca ouviu falar desse assunto, gostava de ser esclarecida.-----

É de algum mau gosto atribuir à dificuldade técnica do orçamento, a incapacidade para uma intervenção escoceita e certa, por parte dos Deputados Municipais. -----

A intervenção que tiveram do Deputado José Machado e também da Deputada da CDU é, a todos os títulos, uma intervenção de grande nível, que vai aos pontos essenciais. -----

Escudar-se nessa espécie de desculpa, que o orçamento é complicado e que não foi bem interpretado, parece-lhe de um bocadinho mau gosto.-----

--- O Deputado Hélder Mesquita enalteceu o trabalho que foi feito entre os Presidentes de Junta e a Câmara, para atribuição de valores, que possam continuar a funcionar, não só os serviços, mas também um conjunto de pequenas obras que fazem, na parte da manutenção, como está descrito no protocolo. Saudou, também, o trabalho desenvolvido nas outras rubricas todas. Elas aparecem devido a trabalho realizado em conjunto. Louvou a manutenção dos valores. -----

Perguntou se tinha chegado à Mesa da Assembleia, alguma proposta para aumentar estes valores.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal informou que à Mesa não tinha chegado nenhuma proposta para o orçamento 2014, de nenhum Grupo Municipal.-----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que é frequente o Deputado José Machado refugiar-se um pouco nestas questões regulamentares, mas depois esquecesse sempre dos contributos que tem para dar, mas que nunca chegou aqui. Era a oportunidade de poder ter partilhado com a Assembleia alguns desses contributos que teria a fazer ao orçamento. Seria uma prática que gostavam que fosse seguida futuramente. -----

Ao mesmo tempo que se exige contenção, que se exige uma certa tranquilidade, na forma como se aborda o orçamento, constantemente, vão buscar projetos, como o grande auditório, a casa das rainhas, o Óbidos gourmet.-----

Projetos que têm servido, basicamente, para fazer este tipo de política, esquecendo todos os outros que são feitos. -----

Em relação à casa das rainhas, talvez tenha novidades e talvez venha a perceber, no futuro, que nem tudo tem que estar no orçamento, para acontecer. Há formas inovadoras de trabalhar, e este Município tem feito isso em muitas circunstâncias e tem, de alguma forma, demonstrado que é possível fazer coisas com poucos recursos. É esperar um pouco aquilo que está a acontecer e perceber como é que as coisas podem acontecer.-----

Em relação aos projetos como a Eco Vila, os projetos vão evoluindo e vão acontecendo. Não se pode acusar este Município de nunca ter tido um discurso e uma prática na área da sustentabilidade.-----





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		25
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Agarrarem-se a designações ou a forma, não perceber que os projetos evoluem, que os projetos continuam, que a realidade vai mudando. Vão ter que perceber como é que essas coisas acontecem. -----

Está cá para avaliar resultados e perceber se são os veículos corretos, ou não. Quem está na responsabilidade desses cargos, não se pode refutar a isso. Tudo do resto é acessório. -----

Esta forma de trabalharem, que vem um guião pré-escrito, independentemente das explicações dadas, recorrentemente, vêm sempre a assistir a bater nos mesmos tópicos, que já foram esclarecidos, porque é que chamam assim, porque é que reportam esses valores que estão ai ditos. -----

À terceira Assembleia denota que já perderam uma certa cordialidade que houve nas primeiras. Agora já ouvem expressões de comportamentos vergonhosos, já ouvem algumas referências e insinuações que até acredita que não sejam mal intencionadas, mas que têm que ser bem vistas e que devem ser feitas com alguma tranquilidade. -----

Referências a construtores civis. Vamos ter cuidado com estas coisas, com estas abordagens e vamos ter aqui um comportamento, que foi aquilo que todos prometeram no princípio. -----

Em relação ao orçamento, registaram, também, aquilo que foi a apreciação positiva que foi feita, em relação ao orçamento, por parte de todos os Grupos, exceção da CDU, nomeadamente a questão do rigor das contas, do que aqui está, do rigor das receitas e, mais uma vez, um enfoque final, nesta questão muito importante do aumento dos apoios sociais, com novos projetos, com os reforços, com questões que não foram aqui faladas, como por exemplo, a possibilidade de terem aqui projetos de compra de medicamentos para pessoas com dificuldades. -----

A inovação em projetos de tele cuidado de assistência à saúde. É estas respostas que este Município tem continuado a dar e vai continuar a dar, que é não refugiar-se numa situação difícil, que o país enfrenta, com redução de serviços públicos e com todos os constrangimentos. É fácil falar de saúde, exigir médicos, exigir tudo o que seja equipamento, mas não perceber tudo aquilo que está a acontecer e como este setor está a mudar. -----

O Município está a fazer esse trabalho e está com projetos para suprir essas lacunas, que o próprio país tem, neste momento. -----

--- O Deputado Custódio Santos disse que fala-se em saúde, mas tem que se ter os pés bem assentes na terra. Parte das pessoas tem o seu currículo apagado. Vão levantar medicamentos, todos os dias, sem receita. Fazem de conta que não vêm. A responsabilidade compete a nós assumi-la. Como é que o Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho, através da Assembleia, consegue corrigir o orçamento. Estão aqui para votar o orçamento. Nem cinco dias teve para apreciar o mesmo. -----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2014-2017, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor, três votos contra e nove abstenções. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Embora este orçamento seja menos empolado dos que os anteriores, salienta-se o seguinte:-----

- Falta articulação deste Orçamento com o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos, que vigora até 2026, para viabilizar o empréstimo recentemente concedido de cerca de 3,8 milhões de euros. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		26
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

- Este Orçamento não cumpre muitas das promessas da maioria política da CMO feitas ao longo de vários anos. -----
  - A obra da substituição das redes de distribuição de água potável, em tubos com amianto, na vila de Óbidos e noutras localidades é muito necessária, mas a sua realização embora prevista no orçamento poderá ser novamente adiada. Lembra-se que nos últimos 12 anos só a zona histórica da vila de Óbidos teve mais de duzentas intervenções do piquete das águas para acudir a avarias verificadas. E neste mandato já são várias as roturas registadas.-----
  - No que diz respeito às receitas, a probabilidade de se atingirem os valores globais deste orçamento é muito pequena ou mesma remota. -----
  - Face a este orçamento, os munícipes terão razões para recear nos próximos anos novos aumentos das taxas a aplicar aos diversos serviços de águas, saneamento e outras taxas camarárias. -----
  - De salientar que este orçamento contém receitas como as taxas extraordinárias de milhões de euros do alvará do empreendimento turístico Falésia d'El-Rei que não se repetirão em 2015 e anos seguintes. A gestão municipal, a partir de 2015, vai estar sobrecarregada com o pagamento das dívidas acumuladas nos últimos anos. -----
  - No Orçamento da despesa há muitas rubricas designadas “Outros”, sem melhor especificação. As despesas em que não são claras as definições das rúbricas, sendo apresentadas como “Outro equipamento, Outras, Outros investimentos, Outros materiais, Outros abonos, Despesas correntes, Outras despesas, Outros trabalhos, etc.”, ascendem neste orçamento a 5.272.155,00 €. -----
  - Uma forma prática de reduzir despesas seria de cortar boa parte dos outros, que neste orçamento ultrapassam os 5,2 milhões de euros, salvo justificação compreensível e admissível. -----
  - Aquele somatório de outros e diversos é de valor superior ao empréstimo de 3,8 M€, recebido este ano e que implica o “garrote” do Plano de Ajustamento do Município de Óbidos até 2026. -----
  - Na última campanha eleitoral, o PSD usou e abusou do valor que a Câmara investiu na construção das escolas; foi muito empolado o valor investido, suportado pelo município, porque a grande maioria tem sido compartida pela União Europeia e pelo Estado Português. A dívida da Câmara relativa às obras nas escolas, que só começará a ser paga em 2015, por o empréstimo ter carência de capital de 5 anos, é inferior a 3 milhões de euros e poderia ser muito menor se não tivessem sido encomendados trabalhos a mais de coisas que nunca funcionaram em novas escolas, como os sistemas de ventilação mecânica, ou se quando a obra estava adiantada não ter sido tomada a errada opção de substituir os candeeiros de iluminação interior previstos por outros muito mais caros, com preços que ultrapassaram os 150 e 300 euros, cada um. Um luxo que era evitável e que não contribuiu para a melhoria dos resultados da aprendizagem dos estudantes. De recordar que as substituições dos candeeiros interiores de iluminação foram às centenas e a Câmara foi alertada para o erro que ia cometer, como está documentado em atas. -----
  - Os milhões de euros dívidas da Câmara, acumulados em anos de fartas receitas extraordinárias deviam ter sido evitados, para não criarem dificuldades à gestão municipal, sobretudo a partir do ano de 2015.-----
- Não corresponde à verdade que o município tenha, atualmente, 11 milhões de euros a receber de dívidas, como foi dito e repetido na última campanha eleitoral. Esse valor



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		27
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

incluía as taxas que o empreendimento turístico Falésia d’El-Rei está a pagar à razão de cerca de 10.000 € por dia, mas a maioria desse dinheiro já foi recebido pela Câmara e gasto em despesas correntes; um exemplo dessas despesas correntes é a contratação, sem concurso, de mais um escritório de advogados. -----

O valor das dívidas a receber que serviu de base para a análise feita no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses inclui avultados valores incobráveis, designadamente da empresa Proturis (na área da designada Turisbel), que faliu e não tem bens penhoráveis.----

A situação financeira da Câmara de Óbidos, conforme está documentado, originou municípios ao reclamarem o atraso na execução de trabalhos, depois de terem pago as devidas taxas de ligação de redes de água e esgoto, ser-lhes dada a explicação de que existe dificuldade do município na compra de cimento. Também há viaturas da Câmara que têm tido atrasos na ida à inspeção, o que já levou a não poderem circular para prestarem serviços.-----

O endividamento de médio e longo prazo do município de Óbidos cresceu, nos últimos 6 anos, mais do dobro do preocupante ritmo de agravamento da dívida pública nacional. Era de 2,4 milhões de euros, no final de 2007 e, agora, já ultrapassa os 11 milhões de euros, incluindo a empresa municipal. -----

O referido Plano de Ajustamento Financeiro não era necessário para o Município de Óbidos se parte da receita extraordinária de alvarás de empreendimentos turísticos fosse utilizada para pagar dívidas a fornecedores. -----

O Grupo Municipal do PS espera e aguarda que no ano de 2014 o Sr. presidente da Câmara cumpra a lei ouvindo, em devido tempo, os contributos da oposição, designadamente para melhorar a gestão municipal e os investimentos serem selecionados em função da satisfação de efetivas necessidades. Tendo em atenção esta expectativa, o nosso voto foi hoje de abstenção. -----

**--- PONTO TRÊS – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM O ARTIGO 3.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil e quarenta e sete, de treze de dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração ao Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, de acordo com o artigo 3.º do decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de outubro. -----

---O Deputado José Machado disse que deveria existir estudo para suportar a revisão deste regulamento, incluindo a possível transferência de vários serviços da empresa municipal (por exemplo: serviços dos museus), com vista à redução global de custos.-----

A proposta hoje em análise deveria estar articulada com o Programa de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos que determina uma redução com os custos de pessoal até ao ano de 2026. Tal parece não acontecer. -----

--- A Deputada Sílvia Correia disse que não concordavam com a flexibilidade introduzida na estrutura dos serviços, tendo como premissa fundamental da sua constituição, ou extinção, as questões de ordem orçamental. -----

Isto representa uma diminuição da capacidade de intervenção do Município. Diminuição da qualidade dos serviços prestados e uma redução das condições de trabalhadores e dos trabalhadores autárquicos. Também vem ao encontro do projeto de esvaziamento das competências da autarquia, transferindo-as para as empresas municipais. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		28
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

--- O Deputado José Oliveira disse que se falou que era para favorecer mais postos de trabalho. Não vê nada disso. Vê é uma situação de organização do próprio município. Não vê nada a dizer que haja criação de mais postos de trabalho. É simplesmente uma organização dos serviços do Município.-----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que se trata de um modelo de organização da Câmara. Legitimamente, crê que isto é uma questão instrumental e que é a dimensão mais executiva, que no fundo, ajusta a máquina em função daquilo que entende que é a melhor maneira para chegar aos resultados a que se propôs. -----

Daqui a quatro anos a população julgará, o que é que entendeu sobre essa matéria. -----  
Aqui há apenas uma simplificação dos serviços. Há, de alguma maneira, nalguns serviços, alguma verticalização. O caso da divisão intermédia dos recursos humanos, que ninguém lhe perguntou.-----

Falaram de divisões, como se isto fosse, de alguma maneira, aquilo que foi o plano de ajustamento financeiro, e não é. No momento em que fizeram o plano de ajustamento financeiro, tinham determinadas premissas, determinadas bases, que posteriormente se tem vindo a alterar, sistematicamente. -----

Não estão sobre em perpetuado da troika no Município de Óbidos. É bom que todos tenham esta consciência, Não tem ninguém da DGAL, ninguém do Tribunal a dizer que têm que fazer isto e aquilo. Sabem o que têm que fazer.-----

A Assembleia tem que estar tranquila, sem preocupação, porque a Câmara tem capacidade para responder a estas questões. -----

Há uma outra alteração dentro desta organização que é a figura de encarregado geral, que coordena os encarregados dentro do Complexo Logístico. Haver uma pessoa que responda diretamente aos outros serviços e que responda ao Executivo. Não há aumento de valores que possam assustar. É uma questão meramente instrumental. -----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração ao Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, de acordo com o artigo 3.º do decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor, dois votos contra e dez abstenções. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Não foi evidenciado estudo para suportar a revisão deste regulamento e está omissa a possível transferência de vários serviços da empresa municipal (por exemplo: serviços dos museus), com vista à redução global de custos.-----

Este regulamento parece não estar devidamente articulada com o Programa de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos.-----

Em face do exposto, o Grupo Municipal do PS absteve-se nesta votação. -----

--- **PONTO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO MAPA DE PESSOAL PARA 2014:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil e quarenta e seis, de treze de dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta do Mapa de Pessoal para 2014. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que esta proposta do mapa de pessoal para 2014 cumpre com aquilo que é a proposta do orçamento de estado para 2014, com a redução de cerca de dois por cento dos funcionários. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		29
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Não há um acréscimo de despesa com este mapa de pessoal. É possível, para Câmaras que têm estado a cumprir esta matéria, desde dois mil e dez, que os Municípios em causa possam manter o número de funcionários que tinham à data de 31 de dezembro de 2013. --- O mapa do pessoal está devidamente ajustado com a proposta de lei do orçamento geral do estado para 2014.-----

O Deputado José Machado afirmou que Óbidos tem o mesmo número de funcionários municipais que Caldas da Rainha, mas a sua população é inferior em 4,5 vezes. Assim, os serviços do Município de Óbidos têm a obrigação de prestar um serviço à população muito melhor que em Caldas da Rainha.-----

No mapa de pessoal apresentado não está repercutida a contratação de professores para a possível escola municipal, do que se poderá depreender que tal não acontecerá ou a Câmara terá que previamente pedir autorização a esta Assembleia.-----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que esta comparação deve ter em conta, também, o facto de as escolas, em Óbidos, terem um conjunto de animadores e auxiliares, que, por exemplo, nas Caldas da Rainha não são responsabilidade do Município.-----

Isso é um número muito significativo, que faz a diferença e também tem sido essa uma das razões pelas quais as escolas de Óbidos têm vindo a ser procuradas por alunos de outros concelhos.-----

Há um investimento, que de alguma forma justifica, muito direta, muito fácil de compreender, que as coisas não são assim tão claras, quando se fazem essas leituras comparativas.-----

Há um número, que pode ser parecido com o das Caldas da Rainha, mas há que fazer sempre aqui a ressalva que as realidades são distintas, pelo menos neste aspeto. Óbidos assumiu uma aposta na educação, com um modelo diferente do das Caldas da Rainha certamente, e isso tem estas consequências e estes resultados.-----

--- O Deputado José Machado perguntou se o Deputado Miguel Silvestre tinha conhecimento que há pessoas conhecidas no Concelho que transferiram os seus filhos para Caldas da Rainha. Parece-lhe que o percurso é o inverso daquele que referiu. Talvez desconheça-----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que essas são decisões da vida pessoal de cada um. Fez uma ressalva em relação a uma questão concreta que existe em Óbidos. Obviamente que também existe o inverso, até porque, com a oferta educativa que existe em Óbidos, é impossível responder a todas as necessidades que as crianças possam ter.-----

A bem do funcionamento de um sistema educativo, eficiente e eficaz, até era bom que estas coisas não fossem desvalorizadas dessa forma e se percebesse se existem algumas atividades nas Caldas da Rainha que justifiquem que pessoas de Óbidos vão para lá, também acontece o contrário. Da sua parte faltou-lhe os cinquenta por cento da conversa, que era ter feito esta ressalva, que os tinha poupado a esta conversa, agora.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que acha lamentável esse tipo de intervenção do Deputado José Machado. Não lhe compete fazer esse tipo de avaliações, ou qualificações, sobre os Deputados da Assembleia Municipal. Mas todos compreendem que se dirigia a alguém que tinha saído da Câmara Municipal. Fica-lhe muito mal, alusões de natureza pessoal, na sua intervenção pública.-----

--- O Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que os números parecem iguais, porque querem que eles sejam iguais. O Deputado José Machado sabe tão bem como ele que os números não são iguais. São até bastante diferentes. O número de funcionários da Câmara



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	30
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>

de Óbidos e de Caldas da Rainha nada tem a ver. Se tirar cem funcionários das escolas do Concelho e somar aos funcionários da Câmara das Caldas, os serviços municipalizados, que têm cerca de cento e vinte, faça as contas e veja, é mais do dobro. -----

--- O Deputado José Machado disse que não referiu qualquer nome. Se o Presidente da Assembleia Municipal inferiu das suas palavras algum caso que conhece melhor do que ele, convida-o a dizer que nome é que pensou, porque o que conhece, e, certamente, muitos presentes, é que há várias pessoas, várias famílias, que residem no Concelho de Óbidos e que os filhos, entretanto, foram estudar para Caldas. -----

Haverá também no sentido contrário. Mas como foi falado só neste sentido, chamou à atenção e disse que, certamente, dos presentes, há conhecimento de situações dessas. Não vamos agora, aqui, citar nomes, pelo menos por sua iniciativa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal falou como se tivesse algum caso concreto. Então, convida-o a dizer a quem é que se referiu. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que todos compreenderam o que o Deputado quis dizer. Não entra em hipocrisias. Não acrescenta mais nada. Faz o discurso hipócrita que entender, mas todos entenderam o que disse. -----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta do Mapa de Pessoal para 2014, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e quatro abstenções. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que, relativamente à troca de galhardetes que aconteceu no último ponto, acha que foi lamentável e que foi atribuída uma intenção, ou uma intencionalidade, ao Deputado José Machado, que, efetivamente, não a teve. Pensa que o assunto deve ficar por aqui. -----

Não gostou da última intervenção do Presidente da Assembleia Municipal, ao qualificar da forma como o fez, a intervenção do Deputado José Machado e a falar de hipocrisia. -----

Não é digno deste ambiente e pediu a elevação que o Presidente também já pediu, uma vez que estão numa Assembleia Municipal, onde estão sentados os representantes dos eleitores deste Município e também dá-se o caso de estarem em vésperas de Natal. Não gostou e espera que a continuação dos trabalhos tenha isto em mente. -----

--- Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Evitavam-se despedimentos, ou melhor, a não renovação de contratos a prazo de pessoal, se tivesse havido mais moderação na admissão de pessoal nos anos anteriores. - Alerta-se que o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos determina uma redução com os custos de pessoal até ao ano de 2026 que poderá não ser compatível com este mapa. -----

Óbidos tem o mesmo número de funcionários municipais que Caldas da Rainha, mas a sua população é inferior em 4,5 vezes. Assim, o Município de Óbidos tem a obrigação de prestar um serviço à população muito melhor que em Caldas da Rainha. -----

No mapa de pessoal apresentado não está repercutida a contratação de professores para a possível escola municipal. Recordar-se que os vereadores eleitos pelo PS explicaram, já neste mandato, as suas reservas quanto à eventual contratação de professores para a referida possível escola municipal. -----

Poder-se-á depreender a possível escola municipal não se iniciará em Setembro próximo ou a Câmara terá que previamente pedir autorização a esta Assembleia para ser alterado o mapa de pessoal. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		31
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Votámos a favor do mapa de pessoal para 2014, sem prejuízo destas observações que deverão ser aprofundadas. -----

--- **PONTO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO / AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA, AO ABRIGO DO PREVISTO NA ALÍNEA L) E M) DO ARTIGO 33.º DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO E AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS PREVISTO NA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil e cinquenta, de treze de dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação / autorização, a Proposta de Celebração de Acordos de Execução no âmbito da delegação legal de competências com as Juntas de Freguesia, ao abrigo do previsto na alínea l) e m) do artigo 33.º da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e autorização da assunção de compromissos plurianuais, nos termos previsto na lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

--- A Deputada Anabela Adónis disse que tendo em consideração os considerandos desta proposta de acordo de execução e uma vez que há uma referência ao n.º 2 do artigo 132.º, gostaria de saber se é este artigo, ou é o artigo 133.º. -----

--- A Deputada Ana Carvalho perguntou qual é que é o motivo da redução de algumas verbas para as freguesias. No âmbito do ponto n.º 2, o Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho teve a fazer um conjunto de saudações e louvores, relativamente a esta questão no orçamento. Acha muito bem, mas devem ser rigorosos. Houve uma redução de atribuição de valores para as freguesias- -----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que, em relação à primeira questão, trata-se de uma gralha. Deve ler-se o artigo 133.º. Agradeceu a correção. -----

Quanto aos valores para atribuir no âmbito, quer dos acordos de execução, quer nos contratos interadministrativos, informou que a Deputada está errada. Na verdade, os valores, objetivamente, aumentaram, não reduziram, aumentaram. -----

Foi um processo construído por todos os presidentes de junta, sem exceção, quer estas rubricas, quer as obras que acabaram de aprovar no ponto dois. Houve até um aumento de valor, em termos absolutos. -----

Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Celebração de Acordos de Execução no âmbito da delegação legal de competências com as Juntas de Freguesia, ao abrigo do previsto na alínea l) e m) do artigo 33.º da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e autorização da assunção de compromissos plurianuais, nos termos previsto na lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, postas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- **PONTO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO / AUTORIZAÇÃO PROPOSTAS DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, AO ABRIGO DO PREVISTO NA ALÍNEA L) E M) DO ARTIGO 33.º DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO E AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI NÚMERO 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil e quarenta e nove, de treze de dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação / autorização, as Propostas de Celebração



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		32
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

de Contratos Interadministrativos de delegação de competências, ao abrigo do previsto na alínea l) e m) do artigo 33.º da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e autorização da assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na lei número 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

--- Como não houve intervenções, foram as Propostas de Celebração de Contratos Interadministrativos de delegação de competências, ao abrigo do previsto na alínea l) e m) do artigo 33.º da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e autorização da assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, postas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- **PONTO SETE – APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NO ART.º 6.º, N.º 1, ALÍNEA C), DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil e cinquenta e um, de treze de dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização prévia, a assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado no art.º 6.º, n.º 1, alínea c), da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, lei dos compromissos. -----

--- O Deputado José Machado disse que a maioria PSD da Câmara quer que aprovemos a contratação, sem concurso público, de pareceres jurídicos no valor de 40.000,00 €, com o escritório de advogados do Dr. Morais Sarmiento, quando para este serviço o Município continua a pagar, mensalmente, milhares de euros ao escritório do Dr. VillaLobos. -----

É um desperdício evitável a Câmara pagar esta renda a um novo escritório de advogados. Não está em causa a pessoa do mandatário político da última candidatura do PSD de Óbidos, que é estimável e um bom advogado, mas não se compreende a multiplicação de despesa com serviços jurídicos, quando a Câmara já tem contrato com outro escritório de advogados, para além dos funcionários municipais que são juristas. -----

De salientar que presta serviço, também, às Águas de Portugal o mesmo escritório de advogados que vai defender a Câmara na divergência com as Águas do Oeste, do Grupo Águas de Portugal. Fica-nos a dúvida se o escritório de advogados do Dr. Morais Sarmiento vai defender mais os interesses da Câmara de Óbidos ou os interesses das Águas de Portugal que estão em disputa na questão de faturas que somam muitas centenas de milhares de euros. As faturas em causa são relativas a consumos mínimos de água que foram contratados no 1º mandato camarário liderado pelo PSD de Óbidos. Aconteceu não ser necessário utilizar no nosso concelho tanta água das Águas do Oeste. A previsão de consumos de água foi exagerada e tinha o pressuposto designadamente dos empreendimentos turísticos crescerem muito mais do que veio a acontecer. -----

Embora aquele escritório tenha mais de uma centena de advogados, a verdade é que, obviamente, tem uma coordenação de negócios. -----

Quer também a maioria PSD da Câmara que aprovemos outros contratos, sem concurso público, de projetos a preços superiores ao mercado. Conhecemos outros gabinetes de projetos que têm qualidade e praticam preços claramente inferiores aos que estão aqui propostos. -----

Estamos em presença de exemplos, em Óbidos, das gorduras alimentadas por dinheiros públicos de que o PSD nacional tanto falou nas últimas eleições legislativas. -----





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		33
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Em face do exposto, o Grupo Municipal do PS convida a maioria PSD da Câmara de Óbidos a retirar as propostas destes contratos sem concurso. É uma das nossas contribuições para se reduzirem custos desnecessários no Município.-----

--- O Deputado Francisco Teixeira disse que na repartição da despesa, no documento que é enviado pelos serviços, diz o seguinte: “Encargo previsto para 2013, vinte mil euros e para 2014 e 2015, respetivamente, de dezanove mil e duzentos e dez mil, valor já com IVA”. --- Se somar estes três valores, dá-lhe quarenta e nove mil e duzentos. O valor do contrato é quarenta mil. Porventura, se calhar, será uma gralha, ou então não está a ler muito bem. --- Gostava de reforçar o seu pedido que fez na intervenção antes da ordem do dia, sobre os valores gastos, também, com os advogados do caso do Pongo Doce.----- Agora queria esclarecimentos sobre este ponto.-----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que não se trata de nova despesa, de novos contratos. Trata-se apenas de pedido de autorização da Assembleia Municipal para repartição de encargos, já contraídos, no passado, para anos seguintes.----- Ouviu uma proposta de um Deputado que não quer honrar compromissos. Não lhe parece de bom-tom que isto se faça. ----- Gostava muito que esta Assembleia Municipal discutisse mais a substância e menos a forma. Continua a assistir à discussão da forma e não da substância.----- Gostava que o Deputado tivesse perguntado qual é que foi o resultado das negociações entre a Câmara, as Águas de Portugal e as Águas do Oeste, sobre a questão dos mínimos. Não fez uma única pergunta sobre isso. ----- Estão muito mais preocupado com a questão da forma do que com a questão da substância, quando sabe que têm milhares de euros de água, não consumida, para pagar, por força de um contrato de concessão. E de um contrato de concessão que, por acaso, foi assinado por este Executivo, mas que foi todo negociado pelo Executivo, há treze anos atrás. Hoje estão a tentar resolver.-----

A posição das Águas de Portugal e as Águas do Oeste, neste momento, é para terminar os mínimos. Inclusive, a fatura de dois mil e onze, por conta dos mínimos, estão a encontrar uma forma para que não seja paga.-----

Muito do que foi feito, foi, efetivamente, feito pela força da negociação da Câmara Municipal e da Sociedade de Advogados. Às vezes fica sem perceber se era preferível manter o pagamento de quase um milhão de euros, e disto replicar para o futuro, ou se era de resolver o assunto.-----

Fica sem perceber qual é a posição do Deputado em causa. O Deputado diz uma coisa que é um disparate, para quem já foi Vereador, tida como a verdade dos factos, de quatro mil euros e não sabe do que está a falar. Pelo menos devia ter perguntado. Trata-se, não de nova despesa, mas da repartição da despesa por força de contratos assinados e de cumprimento dos mercados públicos, do que fizeram no passado.-----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que o Presidente da Câmara fala aqui de questões de substância e da forma. Recordou qual é o título deste ponto “Proposta de assunção de compromissos plurianuais: -----

Quando o Deputado José Machado põe o dedo na ferida, não está a falar, de facto, na substância, porque não foi esse ponto que foi incluído na ordem de trabalhos, e, provavelmente, deveria tê-lo sido, mas está a falar numa forma, de facto, porque a lei exige que seja aprovada a assunção de compromissos plurianuais.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		34
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Isto, obviamente, tem a ver com uma aprovação anterior, e não é uma nova despesa, mas é evidente que tem que ter a aprovação da Assembleia Municipal. -----  
Muito bem, o Deputado José Machado. Pôs a questão na forma, é isso que estão a aprovar “assunção de compromissos plurianuais”, e estão a ser feitos, em correspondência com aquilo que foi anteriormente, sem consultas ao mercado.-----  
É essa questão que no outro Executivo e noutra Assembleia votaram contra e é, também, nessa medida que vão votar contra, agora, também. Pelo menos é essa a nossa predisposição.-----  
Não só nesta questão do escritório do Dr. Morais Sarmiento, como também das outras questões que estão aqui em causa. Há formas que a lei prevê para a aquisição de despesas públicas, para se fazerem despesas de acordo com a lei.-----  
Não lhes parece que se justifique, nestes casos, não abrir esta contratação pública ao mercado e escudarem-se em mecanismos excepcionais, que do seu ponto de vista não se justificam. -----  
--- O Deputado José Machado perguntou ao Presidente da Câmara qual foi o erro que disse, relativamente a remunerações de escritórios de advogados. -----  
Sabe, pelas funções que exerceu, que o escritório Villalobos está contratado à vários anos, pelo preço base de quatro mil euros, que, obviamente, tem as reduções decorrentes de preceitos do orçamento geral do estado da ordem dos dez por cento.-----  
Este valor não inclui os trabalhos que fazem com os processos judiciais.-----  
Houve um mês, até, que esses trabalhos relativos aos processos jurídicos, que são pagos à parte, tinham algum significado, parecido com este valor. Estes valores estão no texto de uma ata da Assembleia Municipal, assinada por todos, e não foram contrariados. Se referiu algum valor que esteja errado, agradece o favor de o corrigir. -----  
--- O Deputado Jorge Veloso disse que estão a falar no escritório de advogados Morais Sarmiento. Os contratos com o escritório e as Águas do Oeste foram mal feitos. -----  
Um, porque estava a contrato na mesa e foi assinado como carta-branca, logo deram luz verde para tal. Mas mesmo assim, vendo o caso, não foi renunciado, foram para Tribunal. A Câmara deve ter mais de vinte e tal processos, e todos seguem os seus trâmites legais.---  
Porque é que não foi renunciado, ou porque é que não tentaram chegar a um acordo? Não seria mais justo chegar a um acordo? Suspeita que tanto num, como no outro, tentam-se dizer argumentos diferentes, quando o caso é o mesmo. -----  
Se o contrato estava mal feito, ou não seria justo, com os contratos plurianuais. Se foi feito em relação ao contrato do escritório de advogados, contratos plurianuais e também com as Águas do Oeste, não se devia tentar chegar a um acordo, para ver se haveria uma melhor opção. -----  
--- O Deputado Custódio Santos perguntou como é que o advogado das Águas do Oeste possa ser o escritório de advogados de Morais Sarmiento, fazendo o mesmo serviço pela Câmara. Não sabe como é que ele pode defender as duas entidades. -----  
Perguntou se a água que a Câmara tem que pagar, não consumida, não se trata de água desperdiçada, também, nos rebentamentos sucessivos e se não se trata, também, da desertificação das pessoas e dos custos da água, que não são tão baixos quanto isso, levando as pessoas a desistir da água fornecida pela Câmara. -----  
--- O Deputado Miguel Silvestre disse que não ouviu, das referências feitas, alguma contestação há qualidade técnica das pessoas, quer estejam a falar de projetistas, quer estejam a falar do escritório de advogados. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		35
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Isso é um reparo importante. Ninguém levantou uma questão sobre a qualidade técnica destas pessoas, que estão envolvidas nestes projetos. Isso, para si, é um sinal da maior importância, que deve ser destacado. -----

Há aqui processos de pedidos de indemnização de cinco milhões de euros, postos em dois mil. -----

Chamou à atenção para a facilidade com que, às vezes, se lançam insinuações sobre procedimentos, sobre processos, mas que, ao mesmo tempo, sentem que as pessoas que foram contactadas para estes serviços têm competências técnicas para o fazer. Acha que isso, de alguma forma, deixa-os tranquilos em relação àquilo e aos projetos em questão.----

--- O Deputado José Oliveira perguntou se havia algum processo entre a Câmara e as Águas do Oeste. -----

Há um litígio entre as duas partes. Há alguma situação que proíba que o gabinete de advogados possa, nessa situação, prestar serviços à Câmara. Tecnicamente, por aquilo que lhe parece, são excelentes. Todos dizem isso e ninguém os coloca em causa.-----

---O Deputado Francisco Teixeira disse que fala o Deputado Miguel Silvestre na competência técnica do escritório de advogados do Dr. Morais Sarmiento, Há em Portugal milhares de advogados de imensa competência técnica. Há em Portugal milhares de construtores civis com competência técnica. Podemos verificar, por pesquisa de qualquer páginas amarelas, imensa competência técnica que está espalhada.-----

O que é que não devemos fazer e o que é que devemos fazer, é aquilo que os devia preocupar. -----

Não é de muito bom-tom, num cargo público, escolher um amigo seu para fazer esse trabalho. Deveria antes fazer um concurso e escolher o melhor.-----

Pode ter a certeza que o seu familiar teria a maior competência técnica, Mas por uma questão de transparência, deveria fazer um concurso. -----

É disso que têm estado a falar. Não estão a pôr em causa, nem nunca puseram em causa a competência técnica do Dr. Morais Sarmiento. Aquilo que estão a colocar é a questão da transparência, que todos deviam observar. -----

Perante a escolha de alguém para desempenhar uma tarefa, devem escolher, também, com sensatez. A pessoa que menos pudesse causar danos colaterais, coisa que não foi observada. -----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que a transparência mede-se pela competência das pessoas. Se as pessoas são competentes, depois podemos ver os problemas todos que quisermos nos assuntos, podemos ver todas as dificuldades, podemos olhar do ponto de vista que quisermos e vamos encontrar problemas e dificuldades em relação a esses processos. -----

A questão é: As pessoas são competentes, ou não são competentes. São as pessoas indicadas para fazer esse projeto. Haverá mais gente no mundo para fazer isso, naturalmente. É um procedimento legal, ou não. Se é um procedimento legal, estão tranquilos. É legal e que obedece às competências técnicas que são exigidas para o trabalho. De qualquer forma respeito o posicionamento. -----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que desempenhou vários cargos onde teve que fazer contratação pública, nomeadamente de seguros. -----

Como é sabido, o seu irmão, com o José Luís Oliveira, têm uma mediadora de seguros. ----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		36
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Embora fosse legal, embora fosse possível, do seu ponto de vista, não era razoável que fizesse uma consulta para contratar seguros, dentro do âmbito das suas atribuições e dos órgãos a que pertencia, a pessoas que eram da sua família. Podia tê-lo feito e não o fez. --- Dir-me-á, isto é legal, é, mas acha que à mulher de César não basta ser séria, é preciso, também, parecer séria. É uma questão de posicionamento.-----  
É verdade que o Dr. Morais Sarmento foi uma pessoa responsável na campanha eleitoral do Eng.º Humberto Marques, na última, foi mandatário político e, simultaneamente, foi contratado para este fim. -----  
Conhece o Dr. Morais Sarmento, conhece, muito bem, o escritório do Dr. Morais Sarmento, tem a maior das considerações pelo Dr. Morais Sarmento, não põe em causa a sua capacidade técnica, não põe em causa nada do seu posicionamento técnico ou jurídico, no entanto, não lhe parece correto, que a Câmara o tenha contratado sem concurso, tendo ele feito o trabalho que fez, porque, certamente acredita no projeto político do Eng.º Humberto Marques e foi mandatário político. Isto não é muito correto, do ponto de vista moral e ético, embora seja legal.-----  
--- O Presidente da Câmara Municipal disse que é apenas um advogado da Sociedade de Advogados PLMJ, entre cento e vinte. -----  
O Dr. Morais Sarmento não é seu irmão, nem é, sequer, da sua família. Conheceu o Dr. Morais Sarmento nas funções que teve, no momento em que foi Vice-Presidente da Câmara, que os ajudou.-----  
Conheceu a sua competência técnica no âmbito de uma contratação do OesteCIM, para defender os Municípios junto da EDP. O Dr. Morais Sarmento não tem a culpa, nem ele tem a culpa, de ser familiar de uma pessoa tão estimada pelo Concelho e que deu tanto ao mesmo, o Sr. Frederico Lupi. -----  
De forma simbólica, pediu para que fosse mandatário da sua campanha, precisamente, porque era uma pessoa que era querida e pertencia a uma família que muito tinha dado ao Concelho de Óbidos.-----  
As pessoas às vezes são injustas, por falta de memória. Não tem ligação nenhuma com o Dr. Morais Sarmento. Um advogado tem que se contratar, sobretudo, pela confiança que se tem.-----  
Estão a falar de coisas sérias. Não estão a falar, propriamente, de seguros, desculpem a expressão. Estão a falar de coisas maiores, que podem por em causa a sustentabilidade, no futuro, das contas das águas. Podem meter em causa os interesses dos Municípios. Foi essa chamada de atenção que tomou aqui. -----  
Nunca trouxe para aqui, que estavam a ser encurralados, para meter os Municípios a pagar três euros o metro cúbico de água.-----  
É preciso ter muita resistência, muita tenacidade, e é preciso ter equipas técnicas, do ponto de vista jurídico, com força. Têm essas ações todas. Perdeu a conta às reuniões que o anterior Presidente e o atual Vice-Presidente tiveram com as Águas do Oeste. Perdeu a conta das reuniões que teve com as Águas do Oeste, para tentar chegar a um acordo e que teve com as Águas de Portugal. -----  
Como, naturalmente, teve e pediu à sociedade de advogados que estava na Câmara, mas apenas para a questão mais corrente, para o ajudar a resolver o assunto. Teve seis meses à espera de uma solução, que nunca lhe chegou. Por essa razão não estranhem se a partir do dia seis de fevereiro não tiverem a mesma sociedade de advogados. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		37
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Agora há sinais que têm que interpretar e que têm, em função deles, decidir. Também está cá para tomar decisões. Sobre essa matéria que não restem dúvidas. Se tiver em causa o superior interesse público do Município e, neste caso, dos Municípes, não hesitará, mesmo com esta política menor de uma associação de um mandatário de campanha do atual Presidente de Câmara, em contactar a PLMJ se tiver em causa os interesses públicos maiores.-----

Não esperem de si uma certa volatilidade e uma certa vontade de fazer jeito áquilo que lhes faz jeito. Ai é irredutível. Quer fazer um caminho com todos, mas há matérias em que já percebeu, que por mais que possam conversar, discutir, não vão chegar a acordo, por têm objetivos muito distintos. -----

Em relação à questão colocada pelo Deputado José Machado, ele saba bem que passou várias vezes pela reunião de Câmara a redução da avença e também do conteúdo funcional da avença para cerca de dois mil euros. É bom que se informe todos os Deputados que a avença é uma coisa, ações é outra coisa. A avença que têm com os Villalobos & Associados é apenas para a matéria do urbanismo, da coisa corrente. Tudo o que são ações é pago à parte. -----

As Águas do Oeste meteram uma execução por conta destas faturas, de consumo pelos mínimos de água não consumida. Na sequência dessa execução, que acharam, de todo, injusta, e depois de esgotarem todas as conversações possíveis, entenderam, então, nessa altura, contratar a sociedade de advogados para meter uma ação contra as Águas do Oeste, no seguimento dessa execução. Foi nesse sentido que atuaram. -----

Em relação à incompatibilidade, do ponto de vista legal, não é jurista, não é advogado, e parte do pressuposto que se existisse incompatibilidade legal, teriam sido os primeiros a dizer que não o poderiam fazer. É verdade, porém, que a ação entrou e ninguém colocou qualquer objeção por essa razão. É bom que se diga, também, uma outra coisa. As Águas de Portugal não têm só uma sociedade de advogados. -----

--- Como não houve mais intervenções, foi a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado no art.º 6.º, n.º 1, alínea c), da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor, doze votos contra e uma abstenção. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Os elementos do Grupo Municipal do PS votam contra a proposta dos contratos sem concurso com mais um escritório de advogados, em virtude de considerarem que não é clara a necessidade de mais um serviço de consultadoria jurídica, que pode ascender a 40 000 € ou mais, que irá acrescer à avença mensal de milhares de euros que o Município já tem com um outro escritório de advogados, para além dos serviços jurídicos internos da CMO. -----

De salientar que é também advogado das Águas de Portugal o mesmo escritório de advogados que vai defender a Câmara na divergência com as Águas do Oeste, do Grupo Águas de Portugal. Fica-nos a dúvida se o escritório de advogados do Dr. Morais Sarmiento vai defender mais os interesses da Câmara de Óbidos ou os interesses das Águas de Portugal que estão em disputa na questão de faturas que somam muitas centenas de milhares de euros. As faturas em causa são relativas a consumos mínimos de água que foram contratados no 1º mandato camarário liderado pelo PSD de Óbidos. Aconteceu não



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		38
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

ser necessário utilizar no nosso concelho tanta água das Águas do Oeste. A previsão de consumos de água foi exagerada e tinha o pressuposto designadamente dos empreendimentos turísticos crescerem muito mais do que veio a acontecer. -----

Votámos também contra os contratos, sem concurso público, de projetos a preços muito superiores ao mercado, por existirem outros gabinetes de projetos que têm qualidade e praticam preços claramente inferiores aos que aqui foram propostos. -----

**--- PONTO OITO – APRECIÇÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NO ART.º 6.º, N.º 1, ALÍNEA C), DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS, REFERENTE AO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE ÓBIDOS:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil e quarenta e cinco, de treze de dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização prévia, a assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado no art.º 6.º, n.º 1, alínea c), da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos, referente ao protocolo a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Óbidos.-----

--- Durante a discussão deste ponto retiraram-se os Deputados José Oliveira e José Simões, por fazerem parte dos órgãos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Óbidos, encontrando-se impedidos, nos termos da alínea a) do artigo quarenta e quatro do Código de Procedimento Administrativo.-----

--- O Deputado Albino Sousa disse que aqui está um tema que me é muito querido, pois não há ninguém que goste mais dos nossos Bombeiros do que eu, igual talvez haja. ----- Depois da Associação dos Bombeiros ter dado ao Município património de elevado valor, compreende-se a continuação deste protocolo em que a Câmara não faz mais que a sua obrigação para compensar os bombeiros das dádivas que recebeu daquela associação. ----- Não fiz o “trabalho de casa” e não sei se esta verba mensal atribuída, é maior ou menor do que a dos anos anteriores, mas pessoalmente acho-a demasiado pequena e curta para as necessidades atuais dos BVO, que prestam um serviço com uma qualidade exemplar e com um reconhecimento geral. -----

Como este protocolo tem início em Janeiro e o anterior terminou em meados de Outubro, gostaria de saber se foram acauteladas verbas para os Bombeiros no período citado, provavelmente que sim, pois até temos nos Serviços do Executivo Camarário, o Presidente desta Associação. -----

Como o Sr. Presidente da Câmara não gosta das minhas “contas de merceiro”, nas minhas questões abordadas no período antes da ordem do dia, volto às minhas contas e mercearias, quer gostem ou não. -----

Eu assisti ao lançamento da primeira pedra do novo quartel dos bombeiros (no 1º mandato do Dr. Telmo Faria) no terreno junto ao aqueduto e que veio posteriormente a ser vendido pela Câmara Municipal, via Óbidos Requalifica a uma Empresa do Grupo Lena, e se a memória não me traiçoa por 1670 milhões de euros e onde atualmente está uma urbanização inacabada.-----

Como o Terreno onde foi construído o Novo Quartel do Bombeiros, foi doado pela Senhora Mãe da Família Gama, apesar dos problemas que existiram e que acompanhei, com a passagem deste terreno para o nome da Associação, com os diversos problemas de



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		39
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

heranças e penhoras, mas que tanto os Bombeiros, quer a CMO foram alheios, chegou-se a bom termo. -----

E como o Município também ficou com o Quartel Velho dos Bombeiros, e nunca foi evidenciada a avaliação do terreno inicial e deste antigo Quartel, mantenho as minhas dúvidas nestas matemáticas de mercearia, e até porque este assunto já foi apresentado na reunião da CMO de 16 de Março de 2009, pelo então vereador José Machado, sem nunca ter sido evidenciada com real transparência, o saldo global resultante das mais-valias e dos subsídios que a CMO deu à AHBCCO, nos últimos 10 anos. -----

Reafirmo pois que este protocolo deveria ser de maior montante. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que não se referiu ao Deputado. Tudo o que disse, não faz o mínimo de sentido, relativamente à questão das contas de merceeiro. -----

Aumentaram o valor para compensarem os três meses anteriores. -----

Em gestão da coisa pública, quando se atribui um determinado apoio é porque se entende que é necessário esse apoio. Não é uma obrigação, ou um ónus, por parte da Câmara. É porque é merecido. -----

A Câmara tem feito isso de forma diversa, quer através deste apoio, em particular, quer na comparticipação, como recentemente comparticipou, num carro de combate a incêndios. ---

Disponibilizou-se para apoiar noutras coisas que os Bombeiros querem fazer. Faz isso com muito gosto, com sentido de justiça, não porque lhe apetece. Há um critério. -----

Não deixa de ficar triste com aquilo que o Deputado disse. Já se chegou a um nível que se permite dizer tudo. Olha para isto com muito mais dignidade do que aquela que vê aqui, ou com a ausência dela-----

Lembrou o Deputado que se trabalhou muito para que tudo acontecesse. Na altura fazia parte da direção e nunca o ouviu ter esse discurso. Isto é caso para dizer que mudamos de discurso em função da posição que ocupamos. Na vida temos que ser coerentes. O Deputado, aqui, não foi nada coerente. -----

---O Deputado Albino Sousa disse que quando fez parte dos órgãos diretivos dos Bombeiros, já o quartel estava construído, já tinha passado uma direção anterior à sua. -----

Foi quando estava na direção que aprendeu estes dados, foi juntando A mais B, para chegar a estas contas de merceeiro. -----

Quando o Presidente da Câmara disse que não se referiu a ele, referiu-se, porque ele é que tinha feito as contas das entradas dos eventos. -----

Não mudou de posição, nem de pensamento, só porque mudou de bancada, ou de partido. Continua coerente consigo mesmo e espera e deseja que o Presidente da Câmara continue coerente com as suas atitudes. -----

Não é por si que esta Assembleia vai baixar de nível. Da sua parte não vão ouvir troca de palavras e de galhardetes. Vai tentar ser, durante estes quatro anos, vertical. Tem que apresentar os assuntos que pensa, e pensa pela sua cabeça, não pensa pela cabeça do PS. Quando estava no PSD, pensava pela sua cabeça, também. -----

--- Como não houve mais intervenções, foi a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, de forma a dar cumprimento ao estipulado no art.º 6.º, n.º 1, alínea c), da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos, referente ao protocolo a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Óbidos, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Aprovado em minuta por unanimidade. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	<b>40</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>

--- PUNTO NOVE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DA VILA DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil e cinquenta e quatro, de treze de dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Óbidos.-----

--- O Presidente da Câmara disse que são duas alterações simples. Primeira alteração – Estava prevista a publicação quando da aprovação do regulamento de trânsito em Diário da República. Entendeu-se que se devia alterar a redação para que o regulamento fosse publicitado no portal no Município e nos órgãos de comunicação social, evitando alguns custos.-----

Por outro lado, uma outra alteração. Na anterior proposta tinham que fazer uma revisão, passados seis meses da aprovação do documento. Como o mesmo não teve execução prática no terreno, não faria sentido estar agora, novamente, a fazer todo o processo normal de nova proposta, nova aprovação em reunião de Câmara, nova consulta pública, para um documento que não teve execução.-----

Há um compromisso da Câmara de, depois de estabelecido no terreno este regulamento de trânsito, e agora há condições para o estabelecer, porque têm a situação do sistema informático e mecânico da Vila em condições para instalar, têm toda a sinalização necessária para a implementação do regulamento, no momento em que sentirem necessidade de fazer algumas correções, a Câmara está disponível e aberta para fazer essas correções, reajustes, adaptações, porque só com a prática podem observar algumas necessidades que possam existir, de correção.-----

--- O Deputado Custódio Santos perguntou o que é que levou a alterar o regulamento de trânsito, neste período, e se o sinal da praça de táxis também faz parte desta alteração. No período dos eventos não há parques de estacionamento para os táxis, estão à deriva. Nesta alteração vai resolver-se a questão da paragem dos autocarros.-----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues questionou a Câmara por não querer, agora, manter o compromisso anterior de rever o regulamento de trânsito e que consta do Artigo 43.º.-----

Houve o compromisso de rever este regulamento e agora não querem cumpri-lo. É lamentável a falta de cumprimento desta promessa feita na Câmara e na Assembleia Municipal.-----

Na revisão queremos designadamente voltar a propor a medida simbólica da vereação e os funcionários públicos, como regra, passarem a estacionar os automóveis no exterior das muralhas e os lugares de estacionamento atualmente reservados à Câmara Municipal, junto aos Paços do Concelho, serem reduzidos em 50%.-----

Há que pôr em prática a pedagogia do exemplo.-----

Isto é uma medida pontual que se toma. E não é por esta circunstância ser assim que se deve alterar um regulamento, que prevê, e bem, a revisão no prazo de 6 meses da sua entrada em vigor.-----

Nestes termos não vêm razão para votar favoravelmente e consideram que isto é uma medida sem sentido.-----

--- O Deputado Jorge Veloso perguntou se não seria boa ideia consultar a população sobre esta parte da revisão.-----





<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		41
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

Perguntou, ainda, porque é que o regulamento não foi aplicado, se ele foi aprovado e tinha todas as condições, talvez faltasse os meios mecânicos. Não podia ter sido aplicado de modo experimental? Porque é que não podemos rever todos, Assembleia e população, e debater este problema.-----

Retirar esta parte da revisão quer dizer que vai dar os plenos poderes à Câmara, não dando voz à Assembleia para fazer a sua alteração. Não fica bem tirar esse poder à Assembleia. --

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que não podem implementar um regulamento, quando ele, à partida, já está ferido. Se tinha que ser revisto passados seis meses, já decorreu esse período, pelo que está ferido. Entendeu-se, por isso, trazer à Assembleia esta alteração, que não é uma alteração de substância, para evitar todo um novo processo de consulta pública e nunca mais vão implementar o sistema.-----

O que interessa aqui, a todos, é que o regulamento de trânsito, uma vez por todas, se implemente. Já assumiu aqui, que depois da sua implementação, estão disponíveis para acolher contributos que possam dar origem a uma alteração. Não se trata de estar a retirar uma competência à Assembleia. -----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que não parece da melhor prática técnico ou jurídica tomar esta posição. Poderia ser proposta uma suspensão da aplicação desta norma. Era muito mais correto, do que estar a alterar o regulamento, numa norma, obviamente, essencial. Discorda e é uma posição de fundo técnica ou jurídica. -----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Óbidos, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor e doze votos contra.-----

--- Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “O Grupo Municipal do PS de Óbidos vota contra esta proposta porque entende que o compromisso anterior do PSD deve ser cumprido, isto é, ser revisto, com a possível brevidade, o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Óbidos. -----

Custa a acreditar que a Câmara não queira discutir as propostas que temos e cuja base está resumida no livro ÓBIDOS – SUCESSOS E FRACASSOS (páginas 37, 38, 39 e 173 a 180).-----

--- **PONTO DEZ – INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DA ÓBIDOS CRIATIVA, E.M., PARA CONHECIMENTO:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número seis mil e cinquenta e cinco, de treze de dezembro do corrente ano, remetendo, para conhecimento, os Instrumentos Previsionais da Óbidos Criativa, E.M.-----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que a visão do Grupo Municipal do PS quanto ao futuro da empresa municipal, poderá resumir-se em realizar apenas as atividades que são auto sustentáveis financeiramente, sendo as restantes transferidas para a gestão direta da Câmara Municipal e as lojas privatizadas ou concessionadas.-----

Seria conveniente quantificar em euros, para além do dinheiro que a Câmara dará no próximo ano à empresa municipal, o valor das receitas de parques de estacionamento, das rendas e dos outros apoios proporcionados pela Câmara Municipal. -----

O subsídio para a Semana Santa deveria voltar a ser dado diretamente à Igreja e não via empresa municipal, porque sendo com este intermediário há custos fiscais e administrativos acrescidos. A manter-se esta situação de intermediação da empresa municipal, não se cortam desperdícios evitáveis. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>	42
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>

--- O Deputado Francisco Teixeira reforçou a intervenção do Deputado Albino Sousa, sobre a aferição das receitas no que concerne aos eventos. Perguntou qual era a necessidade de existir uma empresa municipal. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que é uma pergunta que não tem nada que ver com o ponto. Podemos sempre continuar com esta técnica de não ligar áquilo que formalmente são os pontos apresentados. Isso não ajuda à boa condução dos trabalhos. -----

--- O Deputado Francisco Teixeira disse que é uma pergunta de substância. Agradecia que este ponto seja colocado numa ordem de trabalhos, numa próxima Assembleia Municipal. -

--- O Deputado Jorge Veloso questionou a verba de 61.000 € para coro infantil, via empresa municipal e perguntou quanto ganha o maestro por mês e que outras despesas tem o coro infantil. Referiu que há vários coros no concelho que não recebem nada do Município e há um que recebe 61.000 € por ano. -----

--- O José Oliveira disse que como perceberam, faz parte dos órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Óbidos. -----

Em relação ao que disse a Deputada Maria Cristina Rodrigues, pode informar que quando há eventos em Óbidos, através da colaboração da Associação Humanitária com a Câmara, toda a exploração dos parques de estacionamento vai para a Associação Humanitária.-----

É mais uma forma da Câmara subsidiar a Associação, através dos serviços que os Bombeiros prestam ali, salvaguardando os bens de quem deixa ali as suas viaturas.-----

--- O Deputado Custódio Santos perguntou se o Deputado José Oliveira achava que a situação da exploração dos parques, por parte dos Bombeiros, é evidente, que têm condições e acessibilidades para as viaturas.-----

A Câmara contribui com o arranjo dos parqueamentos e das passagens. A saída do antigo campo de futebol tem uma árvore que quase chega ao outro lado. Aquilo está tudo esburacado. É uma vergonha. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que presume, que à partida, já haja uma conceção muito rígida quanto à existência, ou não, da empresa, e a mais-valia, ou não, da mesma. Não quer, por isso, cansar todos os Deputados com as vantagens da empresa.-----

Informou o Deputado Jorge Veloso que o que estão a apreciar não é o contrato programa. O contrato programa, que tem esse valor, para o coro, não é refletido no próprio orçamento da Óbidos Criativa. Se reparar no orçamento não tem lá esse valor no coro infantil. Este contrato programa resulta de uma aprovação que teve lugar já há alguns anos e é com base nele que fazem, de facto, o subsídio à exploração.-----

O ponto que estão a apreciar, apenas para conhecimento, é Instrumentos Previsionais da Óbidos Criativa. Não é o contrato programa. O que o Deputado referiu foi do contrato programa. Não há esse valor no orçamento. A Óbidos Criativa não paga esse valor para um coro infantil. Não há um coro, não há uma gralha, não há isso.-----

--- Como não houve mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

--- **PONTO ONZE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI 75/2013, DE 12 DE FEVEREIRO:** -----

--- O Deputado José Machado disse que no dia 14 de Dezembro de 2013 foi enviado email a lembrar que este documento devia ser enviado com antecedência.-----

Apenas no decorrer desta sessão que durou 5 horas, foi entregue o documento que tem 12 páginas e de que não houve ainda tempo para o ler. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		43
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

--- O Presidente da Câmara disse que os serviços, sobre esta matéria, estão a trabalhar de acordo com a lei. A alínea c) do n.º 2 do art.º 26 diz, expressamente: “enviar ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com 5 dias de antecedência”. Esta informação foi enviada ao Presidente da Mesa, de acordo com a lei em vigor. -----

--- O Deputado Miguel Silvestre disse que já todos perceberam este papel de fiscalização dos trabalhos, e é importante que seja feito. Ao fim de quase quatro, ou cinco, horas de Assembleia, voltam sempre ao problema e á questão essencial. -----

Ao fim deste tempo todo ainda não discutiram nada que tenha sido, verdadeiramente, uma ideia nova, um projeto novo para Óbidos. -----

Não. Estão aqui, basicamente, a discutir se deviam ter entregue num dia, ou dois, e não está a dizer que isso não é importante, mas há outras formas de o fazer, se devia ser uma semana, se devia ser um mês, se o documento devia ter doze páginas, se devia ter cinco páginas. Há outras formas de fazer isso, de alertar para essas questões, sem colocar em causa o trabalho de toda a gente. -----

Acima de tudo, estão aqui, em locais públicos, estão todos a perder ou a investir o seu tempo. Vamos todos dar alguma coisa, que seja mais contributo para o futuro do Concelho, pelo qual estão a lutar. -----

Gostavam que conseguissem reviver e, de alguma forma, incutir o espírito daquela primeira Assembleia, que todos tiveram e onde fizeram todas as promessas, que vão estar aqui com o objetivo claro de criar novos caminhos e desafiar as pessoas a fazerem projetos e a envolverem-se no trabalho da atividade da Assembleia Municipal. -----

Assim é difícil. Se estivesse no público, garantidamente, já não estava lá. -----

--- A Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que se tivessem tido à cinco dias atrás, o documento, poderiam lê-lo e podiam fazer algum tipo de comentário. Recebeu-o agora, não teve tempo de o ler. -----

Ninguém está aqui a pôr objeções, nem a levantar questões formais. Mas na verdade a forma existe. -----

Se há uma distribuição com 5 dias de antecedência, a formalidade serve a substância e a substância serve para lerem o documento e poderem apreciar. -----

Estão todos no mesmo espírito. Gostava de o ter lido, não teve oportunidade. Para a próxima o Presidente entrega ao Presidente da Assembleia Municipal, este faz chegar aos membros, os membros comprometem-se a ler e ficam tão bem na fotografia. -----

--- O Deputado Custódio Santos disse que o Deputado Miguel Silvestre costuma vitimizarse e estar a defender situações, estando contra a própria Assembleia, da qual faz parte. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que na responsabilidade que lhe cabe, no garantir que a distribuição possa acontecer, chamou à atenção de um preponente desta Assembleia Municipal de que fez uma proposta, que leu de forma exaustiva, e que não a distribuiu, previamente, aos membros da Assembleia Municipal. -----

Nesse momento houve tolerância, ninguém fez nenhuma intervenção de natureza formal. Há muitos incidentes aqui e era preciso haver uma cultura para ultrapassar esta cultura incidental que está permanentemente a acontecer na Assembleia Municipal. -----

--- A Deputada Sílvia Correia acha impressionante como é que se pode comparar o que lhes foi entregue com doze páginas, em letra pequena e exaustivo do princípio ao fim, com uma moção que era de três páginas. Estar a comparar um documento com o outro, realmente não tem nada a ver. -----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos. ----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>44</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

--- **PONTO DOZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Foi dada a palavra aos Munícipes presentes. -----

--- O Presidente da Associação de Pais do Complexo Escolar do Furadouro questionou a Câmara por falta de informação sobre a futura Escola Municipal. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal agradeceu a oportunidade que lhe dá de poder esclarecer alguns equívocos que possam existir. -----

Foi preocupação da Câmara Municipal, na sua pessoa, e na pessoa da Vereadora da Educação, no Conselho Geral, depositar, em primeira mão, toda a informação. -----

O Município esteve nesse Conselho Geral, em que assumiu, claramente, a construção de um modelo, com toda a comunidade, com o envolvimento dos pais, com o envolvimento de todos. Sabe disso, nada mudou. Mantêm, exatamente, o que disseram.-----

Não sabe de onde tira, mas também imagina, porque há algumas coisas que saem em títulos de jornais, que são abusivas, muitas vezes. Mas nada mudou, desde então até aqui.--

A única coisa que mudou foi a criação de grupos, que vão começar a reunir-se para pedir o contributo de todos, a partir do início de janeiro. Não houve nenhuma alteração, não houve nenhum conteúdo que contrariasse aquilo que conservaram no Conselho Geral, a não ser alguma contrainformação e essa não é responsabilidade da Câmara Municipal. Sabem que ela também circula em corredores. -----

Foram feitas reuniões com todos os que as pediram, com a Vereadora, em todas as escolas, com exceção do Furadouro, que não pediram a reunião. Isso não quer dizer que não se tenha de reforçar a comunicação com o Furadouro. -----

E bom que não se comece, à partida, a exterminar por algum efeito de contaminação, que possa existir por conta da contrainformação. É bom que tenham a noção da posição que cada um ocupa e da importância que cada um tem neste sistema. -----

Isto não retira, obviamente, nada, aquilo que foi dito no Conselho Geral. Reafirma. Este modelo não está fechado, pelo contrário, é para ser construído com toda a comunidade. Não lhe parece que haja razões para estarem, aqui, preocupados. Não houve alteração de dados da reunião que tiveram com o Ministro da Educação e com o Ministro Poiães Maduro. Não houve alteração nenhuma. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que é muito positivo que os pais apareçam, que queiram saber e também, como atores que são do processo, que digam que querem saber. -----

Há muitos anos que fazem este apelo em Óbidos, para que todos se envolvam mais na educação. Fica muito contente de o ver aqui, a pôr estas questões, porque não sendo fácil o processo e não havendo ainda matéria para começar a envolver todos os atores importantes neste processo, como os pais e outros, há já um desejo de querer saber. -----

É nesse sentido que aproveita para dizer que estava em articulação e disse-o, de alguma maneira, na última Assembleia Municipal, do desejo que havia da Mesa da Assembleia Municipal, em colaboração com a Câmara Municipal, em colocar a Assembleia Municipal ao serviço das grandes discussões, das questões importantes que existem no Conselho de Óbidos e que o Presidente da Câmara e o Executivo concordaram em, precisamente, fazer a primeira grande Assembleia temática, só para discussão, mesmo que não haja deliberações a tomar, mas uma Assembleia aberta, convidando a população, mobilizando todos, precisamente, à volta do tema da educação. -----

Esta matéria, que é um assunto que está a ser preparado, é uma razão fundamental, mas não esperem uma coisa que é que a própria Autarquia tenha, nesta fase, uma abundante



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		45
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

informação sobre os termos técnicos e os detalhes em que se pode implementar novos processos educativos.-----

Mas há uma coisa que é fundamental, é chamar as pessoas para discutir e apresentar uma visão, apresentar uma perspetiva, que já sabem que é uma perspetiva que procura mexer, sobretudo, na pedagogia, e que procura mexer na pedagogia para ver se conseguem trabalhar melhor, com todos os ativos que lá estão dentro, para terem melhores resultados, para terem crianças a terem processos de ensino / aprendizagem de uma maneira mais rica. Estão a desperdiçar recursos de pessoas, professores, recursos financeiros, recursos de investimentos. Também estão aqui nesta Assembleia, simbolicamente, num complexo escolar, para criar a possibilidade, mais que não seja, aos membros da Assembleia Municipal, de poderem conhecer, contactar, com aquilo que são hoje os grandes pilares da vida cotidiana e do processo de desenvolvimento do Concelho de Óbidos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal renovou, uma vez mais, a sua disponibilidade e a sua vontade de querer, no fundo, se transformar num veículo para as grandes questões do Concelho. Nessas discussões se saía daquilo que tinha dito há pouco, que é, dessa tal cultura incidental, de uma excessiva partidarização dos processos. Não é, como Presidente da Assembleia Municipal, membro de nenhum partido e não gosta de ver os membros desta Assembleia Municipal tratarem-no dessa maneira, porque não tem dado provas nesse sentido, não está a fazer uma gestão desequilibrada dos trabalhos, procura tratar todos de forma igual, mas é preciso também aceitar as regras. -----

Estão á cinco horas em reunião e o Presidente desta Assembleia, de uma forma muito simples, muito humilde, disse que as Assembleias Municipais não vão trazer pessoas porque duram muito tempo se escolheram horários difíceis. O resultado desta Assembleia leva-o a concluir que não é bom reunirem às oito da noite, às nove da noite, porque vão terminar de madrugada, como as outras. Volta a insistir em que cinco, seis, sete vezes por ano, haja a possibilidade de reunirem à tarde para poderem fazer uma reunião onde se tomam deliberações muito importantes para a vida das pessoas, em horários compatíveis. O próprio resultado desta Assembleia demonstra que de facto Assembleias noturnas não são o melhor caminho e que temos que inverter essa marcha. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal disse que têm todos os motivos para estarem felizes com isto. Particularmente está muito feliz com isto, porque prefere, exatamente, essa posição de querer saber.-----

Passaram anos e anos com uma situação bem diferente desta, em que os pais, de alguma maneira, não queriam saber. Quando lhe disse que tiveram reuniões com quem as pediu, não foi para discutir o modelo, foi para fazerem perguntas. -----

Tiveram uma oportunidade única de serem esclarecidos em sede do Conselho Geral. Desse ponto de vista tiveram acesso, em primeira mão, há informação que outros tiveram através de reuniões que aconteceram à posteriori.-----

Todas as equipas que estão a ser criadas e grupos de trabalho, com todo o respeito pela Assembleia, mas isso não é suficiente numa Assembleia, isto tem que ser uma coisa muito mais intensa, com grupos mais pequenos, para discutir, efetivamente, o modelo educativo em si, que é isso que interessa mais aos pais, aos alunos. Não tanto os mecanismos formais, que é muito o que sai na entrevista do Sol, são os mecanismos formais. -----

Se repararem na entrevista, houve uma certa preocupação de ser redondo, porque não podiam fechar perguntas, como por exemplo, a questão dos valores para um eventual



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>46</b>
<b>Ata n.º 7</b>	<b>Reunião de 23.12.2013</b>	

contrato de autonomia, a contratação dos professores, tudo isso. Têm que ter esse espaço, mas isto nem sequer está fechado. -----

Houve aquela reunião com o Ministro, não houve mais nada. A seguir à reunião com o Ministro, tiveram a sua reunião, a seguir há uma outra reunião, há um conjunto de jornalistas a colocarem questões, às quais tiveram que dar alguma resposta, não sendo completamente fechado na resposta. -----

Nesta matéria, o que interessa mais, é fazerem as reuniões subordinadas ao tema do modelo e métodos de aprendizagem. Se é um modelo mais construtivista, se é um modelo mais da escola moderna, se é um modelo misto. É isso que têm que fazer. Como é que envolvem a comunidade. Não é só meter a coisa no papel. E como é que do ponto de vista operacional, as coisas se executam, como é que criam essa interação. -----

E é isso tudo que vão ter que fazer, a partir de janeiro. Não vai ser numa única reunião, provavelmente, que vão conseguir fechar isto. Também para criar estes grupos tinha que haver uma metodologia para isto não ser uma coisa sem sentido. Foi isso que a Vereadora esteve a trabalhar, este tempo todo. -----

De modo algum lhes passa pela cabeça, pelas razões que explicou no Conselho Geral, afastar a comunidade disto. Isso seria a morte do modelo. Não é nada disso que querem, nem sequer uma partidarização como disso no Conselho Geral do modelo educativo. -----

Se estão a criar um modelo educativo, o pior que podia acontecer era partidarem um modelo educativo. -----

O Diretor do Agrupamento tem que ser um diretor que não é nomeado. Tem que ser por concurso, precisamente, para não haver ideias, aqui, de amigos, disto ou de aquilo. -----

Vão precisar da vossa ajuda, vão precisar da ajuda dos pais, pelos filhos, que os ajudem a construir isto. O seu compromisso é também o vosso compromisso. -----

Felicitou-os pelo facto de terem vindo. Isso significa que têm pessoas, e a comunidade está interessada nisto. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal desejou um feliz Natal a todos. Um ano de 2014 cheio de energia, a acreditarem muito nas suas cabeças, a criarem coisas novas e, sobretudo, que sejam felizes. -----

--- O Deputado Miguel Silvestre, em nome do Grupo Municipal do PSD, desejou boas festas a todos. -----

--- O Deputado José Machado, em nome do Grupo Municipal do PS, desejou umas festas felizes a todos. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal desejou a todos um feliz Natal e boas entradas para 2014. -----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos. ---

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte e três horas e dez minutos, do dia vinte e três de dezembro do corrente ano, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro. -----

--- E eu, João Vasco Pereira Ferreira Urbano, que lavrei a presente ata, também vou assinar. -----